

21-24 setembro de 2022

FESTA DA SOLIDARIEDADE

Viana do Castelo

Mensal | Setembro 2022 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 281



ELEUTÉRIO ALVES

Esta é a Festa de sempre



GRATUIDADE DAS CRECHES
Governo quer alargar medida e chegar às 100 mil crianças em três anos



UDIPSS
Unões de Castelo Branco e de Braga celebram 20 anos em prol das instituições



VIANA DO CASTELO
Centro Social de Carreço protocola apoio de 1,7 milhões de euros para novo lar

Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



Transferência de competências: um teste à democracia

Tenho acompanhado o zeloso cuidado com que os dirigentes das organizações nacionais e distritais representativas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) estão a demonstrar para assegurarem a transferência de competências, no que diz respeito às IPSS, do poder central para as autarquias. Estou em sintonia com muitas das suas preocupações e expectativas.

Apesar de não ser um regime político de governança perfeito, o modelo democrático é o melhor que se conhece para garantir o cumprimento dos Direitos Humanos. A essência da democracia está em dar a todos, abrangidos por este modo de fazer política, o direito e o dever de participação no progresso das sociedades das quais fazem parte, para que se garanta um desenvolvimento, que sem dispensar o crescimento económico, assegure que a distribuição dos bens existentes seja feita com justiça social. Qualquer diferenciação necessária terá de ser em favor dos mais fragilizados, sejam eles pessoas ou instituições. Toda a diferenciação, em democracia, só se justifica se for, positivamente, direcionada. Relevo a participação como a maior potencialidade de qualquer regime democrático, mas não esqueço a importância de se assegurar que os cidadãos têm a possibilidade de escolherem, livremente, os seus representantes nos diferentes órgãos políticos, no nosso caso, a nível europeu, nacional e local. Os atos eleitorais são fundamentais, mas não se podem esgotar neles as potencialidades que a democracia proporciona. O delegar a representação em concidadãos não liberta ninguém, segundo as suas capacidades, da responsabilidade de colaborar no desenvolvimento das regiões, nos seus diferentes contornos geográficos. A dinamização democrática está, sobretudo, alicerçada em partidos políticos. Eles são fundamentais para se conseguir a democraticidade de ideais, sendo certo que há valores que não podem deixar de ser comuns, sob pena de se porem em causa imperativos que distinguem as democracias das ditaduras. Esses valores são: o respeito inalienável pela dignidade de qualquer ser humano; a vivência responsável da liberdade; a justiça social; a solidariedade; a subsidiariedade e o bem comum. Em suma, o eixo de qualquer regime democrático é a pessoa, sem qualquer tipo de discriminação negativa.

Da zona ocidental da Europa, Portugal e Espanha são os que têm menos anos de vivência democrática. Como não é um regime perfeito (não sei se alguma vez se conseguirá algum que o seja), 48 anos são poucos para corrigir as distorções que, nos aspetos menos perfeitos, ainda persistem. Enuncio alguns, a partir do meu ângulo de análise, respeitando quem possa pensar diferente. São eles: a frequente secundarização dos cidadãos em favor de interesses “financeiristas” e, excessivamente, ideológicos que dão origem a um flagelo nacional antidemocrático que é a corrupção; a confusão entre as dimensões nacionais e públicas; a incapacidade de consensos políticos quando está em causa o respeito por direitos humanos; o distanciamento que se estabelece entre os eleitores e os eleitos; os déficits de participação gerados pela desmotivação originada por procedimentos incoerentes e, por vezes, até dolosos de quem diz fazer da prática política uma missão de nobre cidadania; os fracos incentivos concedidos aos designados órgãos intermédios, entre os quais se incluem as IPSS, numa clara desvalorização de um dos fundamentais princípios democráticos que é, a já referida subsidiariedade.

Propositadamente, partilhei esta reflexão convosco para melhor se compreenderem as potencialidades e riscos da descentralização de competências. A desconcentração do poder central é um avanço na fidelização democrática. Como afirmou Daniel Bell, «qualquer Estado é grande demais para resolver pequenos problemas, e pequeno demais para encontrar soluções adequadas para os grandes». Quer dizer que a corresponsabilidade, nos seus diferentes níveis, é a estratégia mais segura, sendo certo que, quem está mais perto das pessoas melhor conhece os seus anseios.

Relativamente à descentralização política em curso, quanto às IPSS, procurarei não repisar o muito que já têm sido as constatações dos dirigentes da CNIS, (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) da UMP (União das Misericórdias Portuguesas) e da UPM (União das Mutualidades Portuguesas), mas, pela dimensão decisiva que têm, referirei algumas.

Ainda é muito nebuloso se os recursos financeiros atribuídos pelo governo central às autarquias serão suficientes para as competências

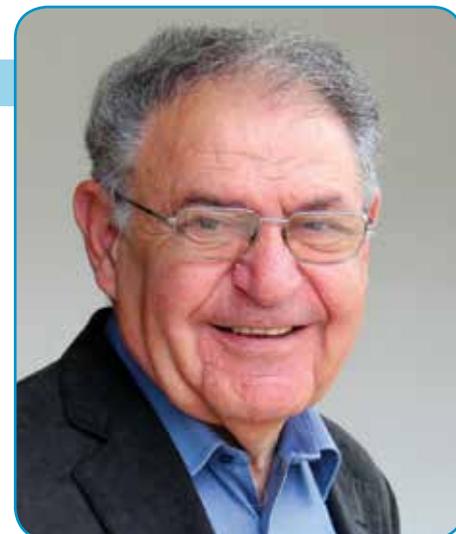
que se querem transferir, assim como é pouco claro o modelo de cooperação que se venha a estabelecer entre as autarquias e as IPSS; é necessário assegurar que as autarquias se comprometem a não fazer o que as IPSS conseguem, como aconteceu na expansão da Rede Pré-Escolar e com as atividades extracurriculares no 1.º ciclo; estas transferências obrigam a redes de parceria mais coesas em que não haja parceiros de primeira e de segunda, para isso impõe-se que a reformulação dos Conselhos Locais de Freguesia, as Redes Sociais a nível concelhio e interconcelhio esteja pronta antes de se acrescentar mais esta vertente à cooperação com as autarquias; é fundamental que na reformulação requerida fiquem bem definidas a missão reguladora e de acompanhamento das entidades cooperantes para que não se corra o risco, quanto a mim o mais perverso, de se celebrarem acordos conforme as ideologias partidárias ou as simpatias pessoais e institucionais; os mecanismos de transparência de todos os procedimentos devem ser bastante evidentes e que os regulamentos que asseguram a proteção de dados referentes aos cidadãos não obstaculizem esta imperiosa transparência; a proteção social dos cidadãos em situação de pobreza e/ou, socialmente, excluídos não tem de ser assegurada, exclusivamente, pelos serviços sociais das autarquias, mas confiados, como até agora, às IPSS e a outros órgãos intermédios como são as Conferências Vicentinas, as Cáritas Paroquiais, os serviços de ação social de outras confissões religiosas e de coletividades; a conjugação das políticas públicas, não deixarão de existir, sob pena de se estabelecer discricionariedades regionais injustas, que fique bem esclarecida a sua conjugação com as orientações das autarquias em articulação com os seus parceiros...

O povo diz que tudo o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. Reconheço que a descentralização já em curso é um processo que terá avanços e recuos e não um produto já, totalmente, confeccionado. Assim, se cresce sadicamente. Mas há “vitaminas” que favorecem este crescimento: humildade, diálogo, cooperação, desburocratização, desfacciosismo, cidadania, transparência.

Quero crer que esta descentralização de competências tonificará a nossa democracia.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Festa da Solidariedade

1. No dia 24 de setembro próximo, em Viana do Castelo, haverá mais uma Festa da Solidariedade. Nos três dias anteriores a Chama da Solidariedade percorrerá os dez concelhos daquele distrito. Desde 2006, é a XV Festa da Solidariedade, uma iniciativa conjunta da CNIS com as várias Uniãoes Distritais e Regionais. As duas regiões autónomas e treze distritos já tiveram concorridas e animadas Festas da Solidariedade, faltando agora apenas 5 distritos - falta que será certamente colmatada sequencialmente nos próximos anos. Assim o queiram as respetivas Uniãoes Distritais com a CNIS.

Com o percurso da Chama da Solidariedade tem-se conseguido envolver Instituições, com os seus utentes e dirigentes, e as comunidades, que, com marchas e outras expressões festivas, ficam irmanadas no ideal da solidariedade.

No convívio, nas representações, nos cânticos e nas atuações cénicas, com a Festa da Solidariedade visa-se celebrar festivamente o ideal do serviço solidário.

Se a Festa da Solidariedade e o percurso da Chama da Solidariedade são realizações conjuntas da CNIS com as respetivas Uniãoes Distritais, a grande alma destas realizações tem sido e continuará a ser o Dr. Eleutério Alves...

2. Ajudar os que precisam, socorrer os aflitos, sofrer com os que sofrem, chorar com os que choram (talvez mais do que rir com os que riem) é uma cultura que podemos rotular de judaico-cristã, muito assumida e vivida entre os portugueses. Quer vivam os que precisam ali mesmo, ao pé da porta, quer estejam mais distantes: quando num qualquer local avulta uma carência social, logo se multiplicam movimentos na comunidade para criar uma resposta. Abundam as iniciativas solidárias perante azares, catástrofes, desgraças, infortúnios e necessidades. Quantos são os gestos anónimos de comunhão! Quantos, sobretudo, quantas se dedicam voluntariamente a causas e a pessoas! Quão numeroso é o serviço altruísta, com total dádiva e a fazer girar a economia! Quantas são as Instituições de Solidariedade por todo este país!

Para entusiasmar jovens, nada como desfaldar bandeiras solidárias. Para movimentar uma comunidade, nada como seduzi-la para causas solidárias. E, quando o equipamento começa a sair dos alicerces, quantas ofertas anónimas se acumulam para acelerar



o dia de abertura do serviço!

Por vezes apetece dizer que os melhores gestos de solidariedade vêm dos mais simples. Talvez antes se deva reconhecer que vêm daqueles que são genuinamente portugueses, que esses são dedicados, empreendedores, generosos e simples no serviço da solidariedade social.

O povo português é solidário. Tanto porque a solidariedade é um daqueles valores que mais sensibiliza, como pelas múltiplas expressões e gestos com que se vai deixando envolver ou que é capaz de conceber, alimentar, sugerir ou favorecer.

Reconheça-se que a solidariedade é uma riqueza que brota do coração português e que está na matriz cultural deste multifacetado povo. Talvez porque o povo vê e constrói a solidariedade como caminho para uma justiça que se anseia e que, algumas vezes, parece ter sido negada.

As Instituições de Solidariedade são um desses exemplos. Certamente bem expressivo; porém, não o único.

3. Uma festa é símbolo da Unidade na diversidade, pólo aglutinador de Projectos, de Sonhos, de Olhares e de Alegrias partilhadas

porque alimentadas na Esperança.

Neste ano, a Festa da Solidariedade vai ser no coração do Minho. No Minho conhecido como “jardim de Portugal” que, no dizer de José Augusto Vieira, é “Berço onde se embalou a nacionalidade portuguesa” e que tem “o tabernáculo sagrado das nossas tradições étnicas, subversivo e revolucionário nos momentos das grandes crises nacionais, cultivador da terra na tranquilidade bucólica da paz”.

São muitas as Instituições que ali, em pleno Minho, atenuam eventuais efeitos da indiferença, proclamando que não se resignam e que são semente de uma esperança que não desfalece e que querem afirmar a sua disponibilidade para dar um melhor sentido à vida, uma maior serenidade, um melhor bem-estar e uma maior felicidade.

São muitas as Instituições que, naqueles dias, ali vão partilhar a comunhão: todas elas querem ser um olhar que atraia novos olhares. Das pessoas, da comunidade e do Estado.

Umás e outras, as Instituições de lá e as Instituições que lá vão, todas irmanadas, reclamam um olhar que faça renascer sonhos com projectos e esperanças com medidas corajosas e gestos de solidariedade.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE BRAGA

Pela importância das IPSS no distrito estes 20 anos merecem ser celebrados

A assinalar neste mês de setembro duas décadas de existência, a UDIPSS Braga vai celebrar o momento na sua habitual Semana Social, através da qual, ao longo de três dias, promove conferências e formações e ainda um grande convívio entre utentes, trabalhadores e dirigentes das IPSS do distrito. O cônego Roberto Mariz, presidente da União Distrital bracarense, elogia o trabalho dos seus antecessores e o esforço de todos os que trabalham e colaboram com a UDIPSS para que esta possa prestar o melhor e um maior apoio às instituições associadas, até porque os desafios futuros são grandes. 20 anos de UDIPSS “é uma efeméride que não queremos que seja esquecida, sobretudo pela importância que o Sector Social representa no distrito de Braga”, sustenta o líder da União.

SOLIDARIEDADE - Quais os principais marcos nestes 20 anos de história da União Distrital?

Cônego Roberto Mariz - Devemos ter presente que a história dos 20 anos da UDIPSS Braga é realizada por imensas pessoas ligadas aos órgãos dirigentes da União. Sendo que esta mesma história carrega o tempo em que não tinha a designação de União, mas de Secretariado. Como marcos relevantes desta história, situaria os 20 anos da UDIPSS Braga, com o tempo que antecedeu, num profundo esforço organizacional e de implementação que o Sector Social (IPSS) teve ao longo destas décadas. Este crescimento e amadurecimento do Sector Social veio acrescentar responsabilidade e exigência à União. Foi um trabalho contínuo e crescente, o qual se foi aperfeiçoando ao longo destas décadas no apoio Administrativo, Jurídico e Formativo. Um profundo bem-haja a quem trabalha diariamente com total dedicação e profissionalismo na União e a quem nos assessora, sobretudo na área jurídica, sem esquecer o apoio na área da formação.

Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?

Perante o legado que é recebido, é de se manifestar a mais profunda gratidão para com o trabalho daqueles que nos antecederam. Não começámos do nada, não “inventámos a pólvora”, mas agarrámos o que outros trabalharam e continuamos esse trabalho, com dedicação e o melhor que podemos fazer, para um dia entregarmos a outros para que continuem o trabalho. Olhando a história, temos de situar todos dirigentes das IPSS do distrito de Braga, nos seus diversos órgãos sociais, os seus colaboradores e utentes que compõem estas instituições, que lhe dão vida e grandeza. Na UDIPSS há que reconhecer todos membros passados e presentes da Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal. E gostaria de destacar duas pessoas que presidiram à Direção: Cônego Fernando Monteiro



(grande obreiro no início e pelo trabalho desenvolvido junto das IPSS) e Dr. Manuel Lomba (“culpado” por eu estar com responsabilidades na UDIPSS-Braga).

Quais as maiores dificuldades à ação da União Distrital?

A dimensão da UDIPSS Braga, comparada com as diversas IPSS, é uma estrutura reduzida no número de colaboradores e valores de orçamento que envolve no desenvolvimento da atividade. Depois, o distrito de Braga é geograficamente bastante disperso, indo do litoral ao interior, com realidades populacionais muito díspares e um grande número de IPSS, que são muito diferentes. Conseguir chegar a todos e a todas as realidades é um desafio não fácil de ser conseguido. Por outro lado, representar todas as alegrias e preocupações, interesses e anseios das IPSS junto do Centro Distrital da Segurança Social é uma missão exigente. Por fim, as reivindicações mais profundas no apoio e reconhecimento por parte do poder estatal, que continuamente as IPSS nos falam e que nós partilhamos no seio da CNIS, mas nem sempre conseguidas de imediato.

Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

Muitos e variados são os desafios que se colocam à União e que, na generalidade, serão muito próximos dos desafios das IPSS no país. Não elenco todos desafios, mas alguns mais estruturantes, como a sustentabilidade. É importante olhar este sector de modo que se consiga a sua sustentabilidade para mais e melhor desenvolver os seus serviços de apoio às pessoas, às famílias e às comunidades. Situar as IPSS como

verdadeiros parceiros do Estado (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde). A realidade da Gratuidade das Creches que está a surgir e acarreta desafios que necessitam de profunda atenção em todo processo, tal como a questão da população idosa que apoiamos e acolhemos, sobretudo em ERPI, que precisa de uma efetiva articulação entre o sector e o Ministério da Saúde. Um outro desafio que aí está é o da transferência de competências da área social para os Municípios.

Como caracteriza a relação da UDIPSS Braga com as IPSS associadas?

Ao longo destas décadas temos tido um acréscimo contínuo de novas associadas. Consideramos esse ser um dos melhores elementos da perceção positiva de serem associadas da União/CNIS. Temos colocado o empenho para que a relação seja o mais próximo, efetiva e afetiva com todas as IPSS.

Pensam celebrar o 20º aniversário de alguma forma particular?

Não poderíamos deixar passar despercebida esta comemoração. Decidimos, no presente ano, agregar esta celebração à Semana Social que iniciámos já lá vão sete anos e que temos realizado em diversos concelhos e este ano decorrerá no Santuário do Bom Jesus de Braga. Aproveitamos para ter um momento comemorativo e celebrativo da ação das IPSS, reconhecendo e valorizando todo seu trabalho. É uma efeméride que não queremos que seja esquecida, sobretudo pela importância que o Sector Social representa no distrito de Braga.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE CASTELO BRANCO

Queremos ser a principal organização do Sector Social no distrito albicastrense

No próximo dia 1 de outubro, a União Distrital das IPSS de Castelo Branco assinala 20 anos de serviço em prol das instituições associadas. Maria de Lurdes Pombo, presidente da Direção, em resposta ao SOLIDARIEDADE, assume como grande propósito da ação da União constituir-se como a “principal organização do Sector Social no distrito” albicastrense. Atualmente, a União congrega 90 instituições, quase a totalidade das existentes no distrito. Combater o abstencionismo das associadas às Assembleias Gerais levou a União a descentralizar as mesmas, o que tem ajudado bastante na resolução de alguns problemas concretos dos concelhos em que reuniões magnas se realizam, uma vez que o respetivo edil é sempre convidado. Sobre o futuro... há eleições no horizonte próximo.

SOLIDARIEDADE - Quais os principais marcos nestes 20 anos de história da União Distrital?

Maria de Lurdes Pombo - A UDIPSS Castelo Branco teve e continua a ter a pretensão de se constituir como a principal organização do Sector Social no distrito de Castelo Branco como representante de quase todas as IPSS. Atualmente tem 90 associadas e podemos afirmar que existem poucas IPSS do distrito que não sejam associadas da União. Também tem procurado que nos órgãos sociais da União estejam representados a maioria dos concelhos do distrito, para que exista uma cobertura mais próxima das associadas. A articulação que tem sido efetuada, quer com as autarquias, quer com o Centro Distrital de Segurança Social, principal parceiro, tem-se revelado uma mais-valia.

Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?

A história destes 20 anos da UDIPSS Castelo Branco, obviamente, está ligada a algumas personalidades que incorporaram a génese da União, como seja o engenheiro Vítor Rechena, que foi presidente da Direção nos primeiros dois mandatos, o senhor César Fatela, que foi presidente da Assembleia Geral nos três primeiros mandatos, e o senhor Padre Sanches e senhor Artur Fazenda, que integraram desde o início e até hoje os órgãos sociais. Foram estes, sem desprimor para outros, os que entendemos serem salientados. Inicialmente, a UDIPSS esteve sediada na cidade da Covilhã (na Casa do Menino Jesus) e desde 2009, mais precisamente a partir de 23 de abril, na Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco, na capital de distrito. Temos de salientar que o maior legado dos nossos antecessores foi a divulgação e angariação dos primeiros associados. Eles partiram, praticamente, do zero e hoje temos no distrito 90 associadas, desde instituições com



um número reduzido de utentes a instituições com maior dimensão e ainda muitas instituições com todas as respostas sociais, desde a creche às ERPI. De uma maneira geral todas reconhecem o papel importante que a União tem, pois sabem que podem sempre contar com o apoio da UDIPSS. Também temos que salientar o bom ambiente que tem sempre existido nos vários mandatos dos órgãos sociais até aos dias de hoje, assim como o bom relacionamento que temos sempre mantido com a CNIS.

Quais têm sido os maiores obstáculos à ação da União Distrital?

Ao longo dos 20 anos existiram algumas dificuldades que tentámos ultrapassar. Uma das maiores é a participação das associadas nas Assembleias Gerais. Para as sensibilizar, ao longo destes últimos três mandatos, avançámos com a realização de reuniões descentralizadas nos concelhos, sendo sempre convidado o presidente da Câmara Municipal e podemos afirmar que se conseguiram resolver in loco algumas situações com as IPSS desses concelhos. Estas reuniões descentralizadas foram muito importantes para a União e para as associadas. Nas instituições mais pequenas, ao sentirmos que tinham dificuldades de apoios técnicos especializados, tentámos ultrapassar estas dificuldades com o apoio dos colaboradores da UDIPSS e realizámos uma avença com um advogado para apoio jurídico. Nestes últimos dois anos, face à pandemia, houve um grande apoio às associadas não só na distribuição de EPI, mas também na ligação a todas as autarquias e Unidades

Locais de Saúde.

Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

Presentemente, a União quer continuar a manter uma boa relação, em primeiro lugar, com todas as associadas, prestando-lhe todo o apoio possível, e depois com o Centro Distrital de Segurança Social e com a CNIS, bem como com todos os nossos parceiros. Não podemos excluir também o bom relacionamento que a União tem com todas as Câmaras Municipais dos concelhos do distrito. Continuar a honrar os nossos compromissos financeiros e, para tal, continuar a ter uma boa gestão. Os órgãos sociais da UDIPSS estão praticamente a terminar o seu mandato, pelo que não poderão pronunciar-se muito sobre o futuro, porque isso depende dos órgãos sociais que vierem a ser eleitos.

Como caracteriza a relação da UDIPSS Castelo Branco com as IPSS associadas?

Hoje na relação com as nossas associadas as novas tecnologias são uma ferramenta essencial, na formação e na comunicação, mas também os conhecimentos dos elementos dos órgãos sociais, em particular da Direção, tornam os contactos mais personalizados, o que é evidenciado pelas associadas.

Pensam celebrar o 20º aniversário de alguma forma particular?

A UDIPSS de Castelo Branco vai celebrar o seu 20º aniversário no dia 1 de outubro. De momento, ainda estamos a concluir o programa.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Projeto inovador «ValueCare» entrega tablets a pessoas mais velhas

O Departamento de Inovação da Cáritas de Coimbra está a dar continuidade à fase de recrutamento para o piloto do projeto europeu «ValueCare».

Nesta primeira etapa, a equipa está a distribuir os tablets pelos participantes (pessoas com mais de 65, com pouco apoio sociofamiliar e em risco de isolamento social), para posteriormente ser instalada a solução digital «ValueCare».

Ao longo do mês de agosto, os tablets foram entregues em vários equipamentos da Cáritas de Coimbra, nomeadamente: Centro Rainha Santa Isabel (Coimbra), Centro Social São Pedro (Coimbra), Centro Nossa Senhora da Boa Viagem (Leirosa, Figueira da Foz), Estrutura Residencial Santo António (Coimbra) e Estrutura Residencial Sagrada Família (Cabreira, Góis).

Os utentes participantes receberam os tablets com jogos e responderam aos questionários iniciais para efetivarem o seu recrutamento no projeto.

A equipa do Departamento de Inovação deslocou-se a estas diferentes localidades, pois um dos objetivos dos pilotos de larga escala promovidos pela Cáritas Diocesana de Coimbra passa por levar inovação, tecnologia e participação ativa às pessoas residentes na vasta área geográfica da Diocese de Coimbra.

Além dos cidadãos mais velhos, o projeto «ValueCare» inclui ainda cuidadores formais e informais e as próprias famílias de pessoas mais velhas.

O projeto «ValueCare» inova por estar a criar

uma solução digital de cuidados integrados (sociais e de saúde) para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos mais velhos. Nesse sentido, está a ser desenvolvida uma aplicação para ser instalada em tablet e/ou smartphone, onde os participantes partilham os seus hábitos de saúde e bem-estar, para depois uma equipa multidisciplinar da Cáritas de Coimbra desenvolver um plano individual de cuidados a cada participante.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, esta equipa multidisciplinar, constituída por gestores, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, animadores, educadores e assistentes sociais, entre outros, vai ainda acompanhar o progresso dos participantes.

INTERCÂMBIO

Por outro lado, a instituição conimbricense fez deslocar uma equipa até Bruxelas, na Bélgica, para juntamente com a EHTEL partilharem conhecimentos.

Durante duas semanas, a Cáritas Diocesana de Coimbra esteve em intercâmbio na capital belga no âmbito do projeto LIFEBOOTS Exchange.

Ao longo deste período, Elisabete Pitarma, do Departamento de Inovação da Cáritas de Coimbra, foi recebida na EHTEL – Collaborating for Digital Health and Care in Europe para a realização do seu secondment, ou seja, período em que uma organização acolhe um trabalhador externo para trocarem experiências e conhecimentos.



A representante da Cáritas de Coimbra esteve a conhecer na prática o trabalho da parceira EHTEL e, num sentido de intercâmbio, a contribuir com o conhecimento adquirido através da atuação da sua instituição.

O projeto LIFEBOOTS Exchange tem como objetivo criar uma nova realidade de cuidados com a inclusão de robôs sociais, através de uma cooperação interdisciplinar, intersectorial e internacional e com o intercâmbio de pessoas e conhecimento.

Além da Cáritas de Coimbra e da EHTEL, o consórcio do LIFEBOOTS é constituído por mais 11 entidades de investigação, empresas e ONG de toda a Europa e da Coreia do Sul.

Este é um projeto aprovado no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA RISE), ao abrigo do programa H2020, da Comissão Europeia.

BAGOS D'OURO

Cerimónia de entrega de diplomas distinguiu o mérito escolar de 21 crianças durienses

A Bagos D'Ouro, como habitualmente no final de todos os anos letivos, realizou a cerimónia de Entrega de Diplomas e Prémios de Mérito, “o ponto alto de um ano repleto de sucessos e desafios”.

O Centro Cultural e Recreativo de Jograis de Gogim, em Armamar, foi o local escolhido para a cerimónia e onde foram entregues 21 Prémios de Mérito aos alunos que revelaram um desempenho escolar excepcional.

Houve ainda tempo para a atribuição de 100 diplomas (Ouro e Prata) às crianças e jovens que cumpriram na íntegra ou parcialmente o seu Compromisso com a Bagos D'Ouro.

A instituição aproveitou a cerimónia e a reunião das famílias para agradecer a pais, avós, professores, voluntários e parceiros que são fundamentais no dia a dia e percurso escolar dos pequenos Bagos D'Ouro que a IPSS apoia.



ESPAÇO T, PORTO

Exposição «Eu Desconfiava» sobre igualdade de género patente na Estação de Metro dos Aliados

Até ao próximo dia 15 de setembro, na Estação de Metro dos Aliados, no Porto, é possível visitar a exposição «Eu Desconfiava», inaugurada no passado dia 26 de agosto de 2022, mais uma iniciativa do Espaço t.

A exposição surge na sequência dos ateliês de pintura integrados na atividade «Um Mundo de Tons», desenvolvido no Espaço t e junto de entidades parceiras, como o Centro de Reabilitação da Granja – Instituto da Segurança Social, Centro de Reabilitação Condessa de Lobão – Instituto da Segurança Social e APPACDM da Trofa, AAPACDM do Porto, Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique – Escola EB2,3 Gomes Teixeira, onde pessoas com deficiência

e/ou incapacidade, realizaram com o apoio de profissionais das artes, trabalhos, a propósito do tema da «Igualdade de Género», agora expostos na Estação do Metro dos Aliados.

«Eu Desconfiava» é uma exposição sobre a igualdade de género e tem como objetivo principal sensibilizar as pessoas com deficiência e incapacidade, e o público em geral, para as questões da igualdade de género, tão em voga nos dias que correm.

Projeto cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – Eixo prioritário, promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).



CÁRITAS DIOCESANA DE BEJA

Pedido de ajuda a empresários e comunidade em geral para apoiar imigrantes que nada têm

Perante o crescente número de pedido de ajuda por parte de imigrantes da região, a Cáritas em Beja lançou um apelo a empresários, instituições e comunidade em geral para que possam ajudar a dar resposta às numerosas solicitações.

As dificuldades em dar resposta aos pedidos são cada vez mais, numa altura em que as necessidades da comunidade imigrante têm vindo a aumentar.

São homens e mulheres a viver em condições de habitabilidade precária, em quartos sobrelotados, em condições sub-humanas, muitos deles

a viver na rua, em tendas que montam ao cair da noite e desmontam antes do nascer do dia.

Segundo a Cáritas de Beja, são homens e mulheres sem emprego, sem dinheiro e sem alimentos.

Ainda recentemente foi conhecido o caso de 40 timorenses, sem trabalho e sem possibilidade de comprar alimentos que, de um dia para o outro, também ficaram sem teto para viver.

A Segurança Social acionou a Cáritas de Beja para tentar encontrar uma resposta para aquela situação, mas, segundo Isaurindo Oliveira, presidente da instituição, “é muito

difícil porque não há fontes de financiamento e os meios são cada vez mais escassos para tanta procura”.

Uma solução provisória encontrada foi uma parceria com o Instituto Politécnico de Beja, que disponibilizou 30 beliches. No entanto, quando a cedência aconteceu a Cáritas deparou-se com outro problema: não havia roupas para essas camas, nem produtos de higiene.

Nesse sentido, o presidente da instituição lançou o apelo a empresários, instituições e comunidade em geral para que ajudem a Cáritas a ajudar os imigrantes.

CÂMARA MUNICIPAL APROVA AJUDAS POR UNANIMIDADE

Quatro IPSS de Abrantes recebem apoio da autarquia para obras no âmbito do PARES 3.0

Diversas IPSS do concelho de Abrantes vão ser bafejadas por um apoio camarário no sentido de, assim, poderem fazer intervenções nos seus edifícios.

Uma dessas instituições beneficiadas é o Centro Social Paroquial de Rossio ao Sul do Tejo, que irá receber 40.750 euros, valor aprovado por unanimidade pelo Executivo camarário, para pôr em marcha as várias intervenções no âmbito das obras de requalificação do edifício onde funciona a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e o Serviço de Apoio Domiciliário.

A Câmara Municipal de Abrantes vai apoiar as quatro IPSS que viram as suas candidaturas ao programa PARES 3.0 aprovadas.

Para além do Centro Social Paroquial de Rossio ao Sul do Tejo, também o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira (Tramagal), o Centro Solidariedade Social do Souto e ainda a ACATIM – Associação Comunitária de Apoio à Terceira Idade de Mouriscas tiveram os seus projetos de requalificação ou construção de equipamentos para respostas sociais aprovados, sendo assim também beneficiadas pelo apoio camarário.

A estas junta-se a Associação Social A Mó e A água, de Vale das Mós, mas neste caso o projeto que a instituição viu aprovado é no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A autarquia pretende que o apoio a cada

uma das instituições seja decidido e deliberado em função do andamento das respetivas obras e, nesse sentido, têm existido reuniões entre a Câmara Municipal e as instituições a fim de serem avaliadas as maiores carências de cada resposta social que não tenham sido abrangidas pelos respetivos financiamentos.

“É de toda a importância colaborar com as instituições que estão a criar condições estruturais para apoio a idosos, fornecendo os apoios necessários para dar resposta aos investimentos de cada uma das instituições, que contribuem também para a dinâmica económica no concelho, através da manutenção e da criação de novos postos de trabalho”, sustenta Manuel Jorge Valamatos, edil de Abrantes.

INICIATIVA PROMOVIDA PELA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DO VOLUNTARIADO

Candidaturas ao Troféu Português do Voluntariado terminam a 31 de outubro

Desde o dia 1 de setembro até 31 de outubro de 2022 estão abertas as candidaturas à 14ª edição do Troféu Português do Voluntariado, que visa reconhecer e incentivar o esforço dos voluntários em Portugal.

A iniciativa é da Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV), que promove anualmente, desde 2009, a realização do «Troféu Português do Voluntariado», tendo como propósito reconhecer voluntários associados a projetos de voluntariado, desenvolvidos no âmbito de uma organização de voluntariado ou promotora de voluntariado.

Para que se possam candidatar ao Troféu Português do Voluntariado, os interessados devem, depois de consultar o regulamento, disponível no site da CPV, fazer inscrição através do formulário de candidatura, incluindo neste a declaração para cedência de direitos de imagem e a documentação adicional.

Relativamente à documentação adicional necessária, os interessados terão que apresentar: documento com a apresentação desenvolvida do projeto, cobrindo os itens designação do projeto, enquadramento/motivação do projeto, necessidades identificadas, objetivos a atingir, datas de implementação do projeto, localização (local ou locais onde o projeto se desenvolve), número de pessoas envolvidas (número de voluntários, profissionais e beneficiários do projeto), programação da execução do projeto, programa de avaliação, síntese financeira (quais receitas/quais despesas) e ainda outros elementos julgados de interesse; e ainda fotografias e/ou filme sobre o(s) voluntário(s) e o projeto candidato.

As candidaturas são apresentadas pela entidade de enquadramento dos voluntários.

Paralelamente, é igualmente lançada a 3ª edição do Troféu Português do Voluntariado - Região Autónoma dos Açores (RAA), cujos prazos de candidatura e processo de candidatura seguem os mesmos passos do concurso nacional.

APOIO FINANCEIRO

Por outro lado, lembre-se que termina a 30 de setembro o 4.º período de candidaturas à medida Apoio ao Voluntariado, gerida pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

Esta medida consiste na atribuição de um apoio financeiro às organizações promotoras de voluntariado, que desenvolvam ações de voluntariado de continuidade no domínio da ação social, para fazerem face às despesas em que incorrem com os seguros de acidentes pessoais e responsabilidade civis dos voluntários que enquadram e tem por objetivo potenciar o desenvolvimento de um voluntariado de continuidade, com qualidade, consciente e responsável.

Este 4.º período de candidaturas tem uma dotação orçamental de 205 mil euros e aquelas devem ser feitas na Plataforma Portugal Voluntário,



que se destina a todas as pessoas individuais interessadas em promover uma ação de voluntariado, às organizações promotoras de ações de voluntariado acreditadas e também às iniciativas locais que apoiam organizações promotoras de voluntariado (Bancos Locais de Voluntariado, Bolsas de Voluntariado e outras entidades).

A candidatura à medida é efetuada pelas Organizações Promotoras de Voluntariado em www.portugalvoluntario.pt. Para o efeito, caso ainda não estejam registadas, as organizações devem efetuar o registo prévio.

Entende-se por Organizações Promotoras de Voluntariado as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários/as e coordenar o exercício da sua atividade.

De acordo com a legislação, são Organizações Promotoras de Voluntariado todas as que reúnem condições para integrar voluntários/as e coordenar o exercício da sua atividade e desenvolvam atividades nos seguintes domínios: cívico, da ação social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento, do emprego e da formação profissional, da reinserção social, da proteção civil, do desenvolvimento da vida associativa e da economia social, da promoção do voluntariado e da solidariedade social, ou em outros de natureza análoga.

Por outro lado, de acordo com os resultados do último Inquérito ao Trabalho Voluntário,

realizado pelo INE (dados de 2018), a participação em ações de voluntariado aumentou progressivamente com o nível de escolaridade, sendo a taxa mais elevada observada nos indivíduos com nível de escolaridade superior (15,1%).

Estando esta prática, crescentemente, a constituir-se como área de atenção por parte das instituições do Ensino Superior, constata-se que a Academia tem posto em prática diversas iniciativas e atividades que concorrem diretamente para a promoção do voluntariado.

Havendo uma correlação positiva entre o nível de escolaridade e a prática do voluntariado, importa implementar mecanismos que promovam e estimulem esta sinergia. Nesse sentido, a CASES criou o Selo de Qualidade – Academia Voluntária, que consiste na distinção das instituições de Ensino Superior pelo trabalho desenvolvido na promoção da prática do voluntariado.

Pretende-se que este Selo de Qualidade - Academia Voluntária passe a ser uma ferramenta ao dispor das instituições de Ensino Superior com a finalidade de promoverem as atividades do voluntariado, aumentarem o número de voluntários/as e, em última análise, promoverem o pleno exercício da solidariedade e cidadania.

De igual modo, pretende-se que seja uma ferramenta de qualificação, responsabilização e dinamismo da prática do voluntariado, uma vez que o Selo de Qualidade - Academia Voluntária garante que as instituições de ensino cumprem os critérios de seleção definidos, atestados pela CASES, com resultados de monitorização disponíveis e validados relativos à continuidade das práticas de voluntariado.

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARREÇO, VIANA DO CASTELO

Mais de 1,7 milhões de euros do PRR para financiar construção da segunda ERPI

O Centro Social e Cultural de Carreço, em Viana do Castelo, garantiu um financiamento público de 1.749.065 euros, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para a construção de uma nova Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), obra iniciada em novembro de 2021.

O novo lar da instituição vianense, cuja construção se prevê concluída em 2023, terá uma capacidade para 49 utentes e criará cerca de 30 postos de trabalho, o que permitirá aumentar a capacidade de resposta da instituição às necessidades da comunidade. No entanto, Viana da Rocha, presidente do Centro Social e Cultural de Carreço, considera que a nova ERPI “não vai conseguir dar resposta a todos os utentes que estão lista de espera”, adiantando que a instituição tem “80 idosos em lista de espera”, não sendo possível “conseguir acolher todas as pessoas”.

O líder do Centro Social e Cultural de Carreço revelou ainda que a segunda ERPI da instituição começou a ser construída em novembro de 2021 e tem conclusão prevista para final de março, num



investimento global de 3,5 milhões de euros.

“A construção já está bastante avançada. Este financiamento vai dar fôlego à instituição”, afirma Viana da Rocha.

Fundado em 1994, o Centro Social e Cultural de Carreço nasceu com o intuito de colmatar graves lacunas sociais na freguesia, designadamente a precariedade de vida dos idosos e a falta de acompanhamento e apoio às faixas etárias mais jovens.

Nos dias que correm, a instituição tem seis respostas sociais protocoladas com a Segurança Social e conta com mais de 700 sócios.

Com uma equipa de 60 trabalhadores, a

instituição tem em funcionamento uma ERPI com 23 utentes; um centro de dia, um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e um centro de convívio, que apoia mais de 100 idosos; uma creche, frequentada por 43 crianças; e uma cantina social. Para além disto, a IPSS fornece, todos os meses, cabazes alimentares a 200 famílias carenciadas.

O protocolo de financiamento, no âmbito do PRR, foi chancelado pelo presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Luís Nobre, numa cerimónia presidida pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

Centro Nuno Belmar da Costa regressa à Corrida do Tejo e apela à participação de acompanhantes

O Centro Nuno Belmar da Costa, estrutura da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL), vai retomar a sua participação na Corrida do Tejo, que se realiza no dia 18 de setembro, através da equipa «Corremos solidários pelo Centro Nuno Belmar da Costa – APCL», graças ao apoio da Câmara Municipal de Oeiras e da iniciativa do nosso grupo amigo de colaboradores da empresa Jerónimo Martins.

No entanto, a participação dos utentes do

Centro Nuno Belmar da Costa necessita do apoio de todos e os interessados em ajudar podem fazê-lo facilmente.

Assim, a instituição dá oportunidade a qualquer pessoa de participar na 41ª Corrida do Tejo de uma forma diferente e solidária, acompanhando os utentes do Centro Nuno Belmar da Costa a correr ou a andar e, desta forma, viverem uma experiência diferente.

O custo da inscrição é de 15 euros e reverte na totalidade para o Centro Nuno Belmar da

Costa – APCL.

O Centro Nuno Belmar da Costa, equipamento da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, está sediado em Oeiras e conta já quatro décadas de atividade.

Recorde-se que a instituição foi pioneira no apoio residencial às pessoas com paralisia cerebral em Portugal. Criado em 1982, inovou através de um modelo de serviços apostado no bem-estar dos utentes e com base numa forte ligação à comunidade envolvente.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE SANTARÉM

Formação certificada «Equipas: como gerir?» é já dia 22 de setembro em Torres Novas

A UDIPSS Santarém promove, no dia 22 de setembro, a formação certificada «Equipas: como Gerir?».

A gestão de equipas é o alicerce da gestão das instituições e gerir pessoas de forma eficiente exige conhecer e identificar os fatores que influenciam o desempenho das equipas.

Nesse sentido, esta formação tem por objetivo proporcionar conhecimentos que permitam identificar e conhecer os bloqueadores da gestão das equipas, dotando os formandos de estratégias que contribuam para a diminuição dos conflitos organizacionais, potenciando a performance das organizações.

O curso tem a duração de seis horas (das 9h30 às 12h30 e das 14h00 às 17h00) e decorrerá nas instalações das Irmãs de S. José de Cluny, em Torres Novas.

Trata-se de uma formação presencial com interação do formador e dos formandos, com recurso à abordagem pedagógica demonstrativa que incluirá aplicações práticas e ferramenta de desenvolvimento de equipas e será ministrada por Andrea Sousa, docente do ensino superior e consultora em diversas IPSS.

A formação «Equipas: como gerir?» destina-se, preferencialmente, aos elementos das Direções, das Direções-técnicas e de outras chefias.

Como conteúdos programáticos, o curso está organizado em três módulos:

- «Motivação e empenhamento organizacional das equipas» (três horas): Empenhamento - determinantes e consequências; Pressupostos básicos da motivação e da satisfação nas organizações; Considerações práticas.

- «Estratégias para diminuição de conflitos organizacionais nas

- Equipas» (duas horas): Considerações sobre perfis funcionais; Procedimentos de integração e socialização de pessoas nas equipas; A linguagem na mitigação de conflitos.

- «Ferramenta de desenvolvimento de equipas: exercício prático» (uma hora).

UCRANIANOS REFUGIADOS EM PORTUGAL

13 mil crianças entre as mais de 50 mil proteções temporárias atribuídas pelo SEF

O SEF atribuiu até hoje 51.716 proteções temporárias a pessoas que fugiram da guerra na Ucrânia e comunicou ao Ministério Público a situação de 728 crianças que chegaram a Portugal sem os pais.

Segundo a última atualização feita pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), desde o início da guerra, a 24 de fevereiro, Portugal concedeu 51.716 proteções temporárias a cidadãos ucranianos e a estrangeiros que residiam na Ucrânia, 30.792 dos quais a mulheres e 20.924 homens.

O SEF avança que o maior número de proteções temporárias concedidas continuam a ser Lisboa (11.121), Cascais (3.106), Porto (2.519), Sintra (1.778) e Albufeira (1.284).

O SEF indica também que emitiu 42.347 certificados de concessão de autorização de residência ao abrigo do regime de proteção temporária.

Este certificado, emitido após o Serviço

Nacional de Saúde, Segurança Social e Autoridade Tributária terem atribuído os respetivos números, é necessário para os refugiados começarem a trabalhar e acederem a apoios.

Durante o processo de atribuição destes números, os cidadãos podem fazer a consulta dos números que, entretanto, vão sendo atribuídos, na sua área reservada da plataforma digital <https://sefforukraine.sef.pt>.

O SEF avança também que foram autorizados pedidos de proteção temporária a 13.632 menores, representando cerca de 26% do total.

O SEF revela ainda que comunicou ao Ministério Público (MP) a situação de 728 menores ucranianos que chegaram a Portugal sem os pais ou representantes legais, casos em que se considera não haver “perigo atual ou iminente”.

Nestas situações, em que na maioria dos

casos a criança chegou a Portugal com um familiar, o caso é comunicado ao MP para nomeação de um representante legal e eventual promoção de processo de proteção ao menor.

O SEF comunicou também à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens a situação de 15 menores que chegaram a Portugal não acompanhadas, mas com outra pessoa que não os pais ou representante legal comprovado, representando estes casos “perigo atual ou iminente”.

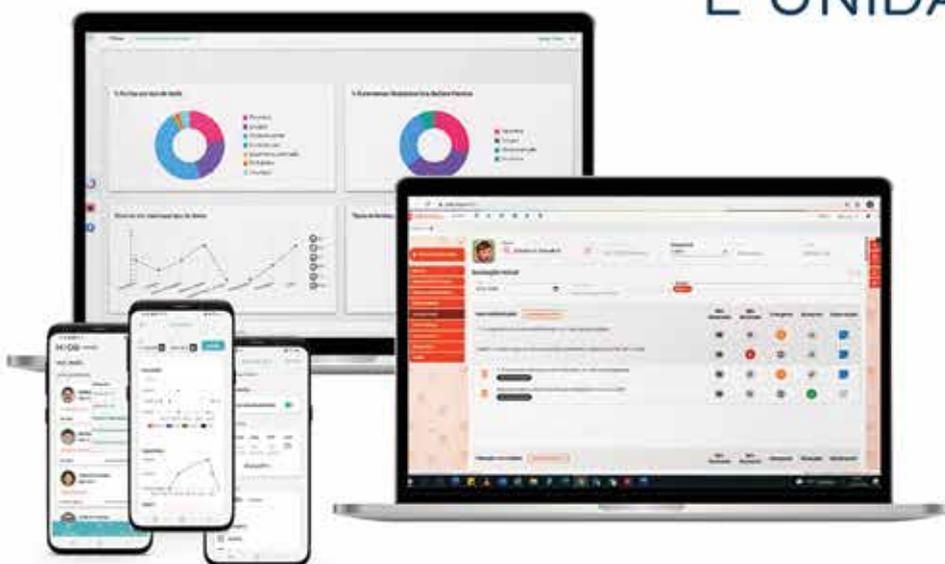
O pedido de proteção temporária a Portugal pode ser feito através daquela plataforma online criada pelo SEF disponível em três línguas, não sendo necessário os adultos recorrer aos balcões deste serviço de segurança.

No entanto e no caso dos menores é obrigatória a deslocação a um balcão do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para que seja confirmada a identidade e filiação.

INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS
ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL
E UNIDADES DE SAÚDE



97,6%
dos presentes consideram que o evento cumpriu ou superou as expectativas e recomendam os eventos INNOVATIONTRAIL F3M



INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | DESMATERIALIZAÇÃO | SEGURANÇA

www.f3m.pt



innovatiOntrail

ELEUTÉRIO ALVES E A XV FESTA DA SOLIDARIEDADE

É uma chamada de atenção para o Sector Social Solidário



A cidade de Viana do Castelo será no dia 24 de setembro de 2022 a anfitriã da XV FESTA DA SOLIDARIEDADE. A anteceder esta Festa, a CHAMA DA SOLIDARIEDADE vai percorrer, entre os dias 21 e 24, todos os concelhos deste distrito.

Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, tem sido o responsável máximo por esta iniciativa que já conta com 14 edições.

SOLIDARIEDADE - A XV Festa da Solidariedade vai ser em Viana do Castelo. Que razões estiveram na origem da escolha deste concelho?

ELEUTÉRIO ALVES - A Festa e a Chama da Solidariedade são dois eventos culturais, interligados e anuais que a CNIS vem promovendo desde o ano de 2007 em parceria com as Uniãos Distritais associadas da CNIS. Tem percorrido o país, e digo o país porque cada ano é realizada em distritos diferente, e já teve lugar nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Em 2022 havia apenas seis distritos onde a Festa ainda não teve lugar. A direção da CNIS auscultou os distritos em causa sobre o interesse e a vontade de organizar a Festa deste ano e a União Distrital de Viana do Castelo manifestou essa disponibilidade. Para o ano será outro distrito a receber o evento.

Qual é o modelo desta Festa?

A Festa tem um formato base que contempla uma manhã com animação em palco e, ao início da tarde, um momento institucional com intervenções de diferentes responsáveis institucionais onde se incluem a CNIS, a União das IPSS distrital, a Câmara Municipal e o Governo. Este momento para além das intervenções inclui a chegada da Chama ao local da Festa e o acender da pira que vai permanecer acesa ao

longo de todo o dia. Após esta cerimónia a festa continua pela tarde fora com mais animação em palco. A animação será desenvolvida por grupos de IPSS locais e de muitas outras, que se deslocam de todo o país para participar, e artistas convidados que gratuitamente se disponibilizaram para nos brindar com o melhor que a música portuguesa tem. Em paralelo e no mesmo local as IPSS terão um espaço e condições para promoverem os seus interesses e dar a conhecer a todos os presentes as boas-práticas de cada uma, seja na prestação de serviços, no artesanato, na gastronomia, enfim, tudo o que entenderem dever ser mostrado e partilhado, porque esta Festa é essencialmente um tempo de partilha.

O que destaca do programa da XV Festa da Solidariedade?

Todo o dia da Festa é significativo, todo o programa é aliciante e interessante, por isso vale a pena, no dia 24 de setembro, todos os que puderem e quiserem, ter um dia diferente e dedicá-lo àqueles que nos 365 dias de cada ano dão o seu melhor para que outros tenham qualidade e dignidade de vida, segurança e proteção e, desse modo, uma vida mais feliz.

Qual a importância desta iniciativa para a CNIS e para o país?

Em cada ano o dia da Festa da Solidariedade consagra uma cidade como a capital da solidariedade. A CNIS pretende, com o evento, chamar a atenção para que todos tomem consciência da importância do sector social solidário na concretização de políticas seguras de proteção social para todos os cidadãos, sobretudo para os mais fragilizados. A Festa da Solidariedade promove a partilha de experiências, o maior relacionamento entre instituições, a proximidade entre os prestadores de serviços, os utentes, os colaboradores, as famílias e toda a comunidade que as envolve.

É importante publicitar o que de bom se faz nas IPSS.

Está prevista alguma participação política relevante?

Em todas as Festas já organizadas esteve presente sempre o governo, acreditamos que este ano não será exceção.

A Chama da Solidariedade, que integra este evento, que percurso vai percorrer?

A Chama da Solidariedade vai percorrer ao longo de quatro dias, de 21 a 24 de setembro, todos os concelhos do distrito de Viana do Castelo, com atividades programadas para todas as sedes de concelho.

Que significado tem a Chama da Solidariedade?

Sabemos que nem todos os que gostariam de estar na Festa da Solidariedade o podem fazer, mas nós queremos que o espírito da solidariedade, da fraternidade, do voluntariado, da partilha e do respeito pelos outros continue vivo no comportamento e na atitude de cada pessoa,

independentemente da sua condição. Por isso, fazemos deslocar esse espírito por todo o país, simbolizado numa chama que brilha, que guia e que aquece os corações de todos, convidando para esta missão solidária que também é de todos.

A autarquia de Viana do Castelo e as IPSS do distrito estão a cooperar, como de costume, na iniciativa?

A União das IPSS de Viana do Castelo é parceira da CNIS nesta organização, tendo feito um trabalho determinante para que a organização fosse menos complexa e o evento venha a ter o sucesso que esperamos. Realço todo o trabalho de dinamização e promoção da Festa e da Chama nos diversos concelhos, com adesão total bem como nos contactos com a Câmara Municipal de Viana do Castelo nas pessoas do seu Presidente e vereadora da área da Ação Social, de quem obtivemos todo o apoio que era indispensável para garantir a realização da Festa nas condições que entendemos serem as melhores. Aproveito esta oportunidade para agradecer de forma muito reconhecida todo esse apoio.

Contam com participação de IPSS de todo o país?

Com a divulgação da Festa remetemos a todas as associadas uma ficha de inscrição para a Festa, não no sentido de qualquer compromisso, mas para termos dados que nos permitam adequar os meios necessários ao número de participantes e temos já algumas representações asseguradas.

Todos os eventos, neste período de pós-pandemia, têm tido uma afluência excepcional de público. Conta com isso em Viana do Castelo?

Claro que sim, não fosse Viana do Castelo, e todo o Minho, uma região de muita e boa animação. A animação não vai faltar e acredito que esse dia será partilhado e lembrado por muita gente.

Depois de ter organizado as 14 anteriores edições, continua a ter o mesmo empenho e prazer na realização desta iniciativa?

Sem dúvida. A Festa da Solidariedade é já património cultural da CNIS. É um evento marcante nos distritos onde se realiza, é um momento de reconhecimento e de exaltação por parte de todos da importância das IPSS e é acima de tudo um momento de valorização dos princípios da solidariedade, do voluntariado, da cidadania e do espírito de missão que nos deve acompanhar a todos neste sector.

A Festa e a Chama ainda têm oportunidade de realização nos próximos tempos?

Acredito que sim, até porque já há manifestações de interesse e vontade da parte de outros distritos em serem anfitriões no próximo ano e todos estamos interessados em promover e divulgar os valores da solidariedade.

FESTA DA SOLIDARIEDADE 2022

Quatro dias para celebrar o espírito

A cidade de Viana do Castelo recebe, no próximo dia 24 de setembro, a 15ª Festa da Solidariedade, numa iniciativa que Filomena Araújo, presidente da União Distrital das IPSS vianenses, apelida de “Festa da Gratidão”.

“Esta é, acima de tudo, a Festa da Gratidão para com as IPSS, mostrando ao país que em tempos difíceis não baixam os braços, nem nunca irão baixar, se continuarem todas as IPSS a ter o apoio incondicional da comunidade. A proximidade com aqueles que as IPSS apoiam é a marca inconfundível deste sector”, começa por dizer, ao Solidariedade, acrescentando: “A Festa da Solidariedade no distrito de Viana do Castelo pretende ser um momento de partilha e alegrias entre as IPSS e a comunidade. Após estes difíceis anos da pandemia, todos temos necessidade de convívio, de estar com o outro, de partilhar momentos e, acima de tudo, mostrar o excelente trabalho desenvolvido pelas IPSS no apoio à comunidade onde se inserem”.

Sobre o que será a 15ª edição da Festa da Solidariedade, que decorrerá no Jardim da Marginal de Viana do Castelo, “a prioridade foi criar momentos de partilha entre as IPSS e a comunidade e, principalmente, que a alegria fosse traço dominante no evento”.



Por outro lado, “dar a conhecer o trabalho que as IPSS deste país desenvolvem e que, muitas vezes, não é do domínio público e muito menos da comunicação social” foi outra das linhas condutoras na

elaboração do guião da Festa, porque, para Filomena Araújo, as IPSS têm “de ser capazes de dar maior visibilidade ao excelente trabalho desenvolvido”.

Como há muitos anos a esta parte, antes da

LUÍS NOBRE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

As IPSS ajudam-nos a ajudar os mais fragiliza

O presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Luís Nobre, em resposta ao SOLIDARIEDADE, relewa o “papel absolutamente imprescindível” e deixa um apelo à participação de todos na Festa e Chama da Solidariedade que o concelho que preside vai acolher no dia 24 de setembro.

SOLIDARIEDADE - Como vê o papel das IPSS na coesão social no concelho de Viana do Castelo?

LUÍS NOBRE - Viana do Castelo tem o privilégio de contar com um conjunto alargado de Instituições Particulares de Solidariedade Social que dão o seu melhor em prol da causa pública. Enquanto autarca, sei que as IPSS assumem um papel absolutamente imprescindível. É graças ao seu esforço e dedicação que a nossa comunidade conta com uma rede de apoio social robusta e que dá resposta às necessidades sentidas pelos vianenses.

Como é a relação da Câmara Municipal com as IPSS do concelho?

Tendo em consideração que a Câmara Municipal de Viana do Castelo reconhece o papel fundamental exercido pelas IPSS do concelho, a relação que temos com estas instituições é a melhor de todas. Fazemos questão de apoiar as instituições de cariz social nas necessidades mais urgentes e estruturais para a nossa comunidade.

É nesse sentido que, no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022, a rubrica da Coesão Social foi reforçada, assumindo um papel de grande destaque no apoio às IPSS. Com um investimento aproximado de três milhões de euros, o objetivo é reforçar o espaço de atuação da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social, reforçar o investimento nos equipamentos das IPSS e o apoio direto às famílias.

Em que medida se materializa esse trabalho conjunto, de parceria?

Como referi, o nosso trabalho passa por dar resposta às necessidades apresentadas pelas diversas IPSS. As instituições estão no terreno diariamente e, melhor do que ninguém, sabem aquilo que Viana do Castelo precisa na área

social. Assim sendo, confiamos nos pedidos que nos vão surgindo diariamente por parte das diversas IPSS. No ano passado, por exemplo, a Câmara Municipal aprovou um apoio global de quase 410 mil euros para várias instituições de Viana do Castelo para construção, ampliação e requalificação das suas infraestruturas físicas. As propostas incluíam apoios a sete instituições vianenses que apresentaram candidaturas ao Programa Operacional Regional do Norte - 2020. O Município, reconhecendo a necessidade e a importância de cada uma das candidaturas, pretendeu apoiar as IPSS com o valor referente à contrapartida nacional, garantindo as condições necessárias para a aprovação e boa execução das candidaturas. No passado mês de julho, Viana do Castelo recebeu a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, para a Sessão de Assinatura e Entrega dos Contratos de Comparticipação Financeira do PARES 3.0 - Programa da Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, que incluiu a candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo para alargamento do Lar de S. Tiago. A candidatura da Santa Casa, que visa apoiar a população idosa, correspondeu à comparticipação da ERPI, num investimento de quase 345 mil euros, sendo 235 mil euros investimento público. Também no ano passado assinámos um protocolo de cooperação e apoio financeiro entre o Município e o Centro Social e Paroquial de Areosa, que definiu um apoio de 125 mil euros por parte da autarquia à empreitada de criação de uma ERPI e um Centro de Dia.

Este são apenas três dos vários investimentos na área social que temos tentado alavancar, na medida do que nos é possível.

Em que medida as IPSS contribuem para esbater a interioridade das populações (apesar de ser um concelho do litoral, mas com muitos problemas semelhantes aos do Interior do país), não apenas na cidade e concelho, mas (e como edil da capital de distrito) também no território do distrito de Viana do Castelo?

As IPSS do concelho, algumas de amplitude/âmbito distrital, ajudam-nos de forma inexcedível a prestar o melhor serviço aos munícipes no que diz

solidário e a mão protetora das IPSS

Festa, a Chama da Solidariedade percorrerá o distrito, levando o espírito solidário aos demais nove concelhos do distrito vianense.

“Tendo a UDIPSS Viana do Castelo aceitado o desafio de, em conjunto com a CNIS, realizar a Festa da Solidariedade de 2022, desde o primeiro momento que envolvemos todos os 10 concelhos do distrito e, por isso, a Chama irá atravessar todos os concelhos”, refere Filomena Araújo.

Assim, o périplo da Chama começa dia 21 de setembro nos Arcos de Valdevez e termina dia 24 em Viana do Castelo, no Jardim da Marginal para a Festa.

“Nenhum concelho ficou de fora e todas as IPSS foram convidadas a aderir à Festa. A Chama da Solidariedade irá assim percorrer todos os concelhos, levando consigo a alegria e a esperança de maior reconhecimento deste sector”, acrescenta.

Assim, ainda no dia 21, a Chama da Solidariedade passará por Ponte da Barca e Ponte de Lima. No dia seguinte será a vez dos concelhos de Melgaço, Monção e Valença, para no dia 23 a caravana da Solidariedade visitar os concelhos de Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura e Caminha.

Em todos os concelhos a Chama será recebida oficialmente pelas entidades locais, pelas IPSS de

cada concelho e seus utentes, havendo ainda momentos de convívio com a comunidade envolvente.

Filomena Araújo revela que a abertura das IPSS e dos autarcas do distrito para participarem na Festa e Chama da Solidariedade foi grande e que “as autarquias, assim como as IPSS, estão desde o primeiro momento envolvidas na Festa”.

“Mesmo as IPSS não associadas da CNIS/UDIPSS estão envolvidas desde o primeiro momento. Esta é a Festa do Terceiro Sector e como tal todos devem participar. O distrito não possui um grande número de IPSS, mas todas irão dar o seu melhor para que esta Festa seja vivida pelos colaboradores, direções, utentes e comunidade com alegria e esperança num futuro, cada vez mais, solidário e unido”, afirma, acrescentando: “Todas as autarquias receberam este evento de braços abertos com a disponibilização de apoios nos concelhos para que a mesma decorra o melhor possível. Há concelhos que tem poucas IPSS, outros com muitas, mas nenhuma deixou de apoiar a Festa de acordo com as suas disponibilidades. Este é, sem dúvida, mais um grande momento em que a união de todas as autarquias com o sector social sai reforçada”.

Apesar de não haver um lema oficial, a presidente da UDIPSS Viana do Castelo, tendo em conta que

“a Festa da Solidariedade deste ano reflete aquilo que vivemos nos últimos anos”, avança com uma sugestão: “As IPSS não baixam os braços perante as dificuldades. Apoiem este sector”.

Filomena Araújo incita todos a participarem na Festa da Solidariedade 2022, oportunidade para partilhar alegrias e regressar ao convívio, depois de dois anos de afastamentos pandémicos.

“A mensagem é a mesma que vimos a deixar pelo distrito: venham e participem, tragam o vosso trabalho para mostrar à comunidade, tragam os vossos utentes para que convivam e interajam uns com os outros, para que as tristezas dos últimos anos fiquem para trás e para que a alegria regresse ao rosto de todos”.

Para a líder da UDIPSS Viana do Castelo, é necessário que “a comunidade possa viver com as IPSS esses dias de Festa, apoiando o trabalho das mesmas e mostrando que sem elas a nossa sociedade seria muito mais frágil”.

Assim, de 21 a 24 de setembro a Chama da Solidariedade visitará todos os concelhos do distrito de Viana do Castelo, para no derradeiro dia iluminar a Festa que tomará conta do Jardim da Marginal, na capital de distrito.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)

dos e estamos-lhes imensamente gratos

respeito à área social. São estas instituições que permitem à nossa comunidade contar com creches, jardins-de-infância, centros de dia e lares, entre muitas outras respostas sociais que são absolutamente fundamentais. Obviamente que as IPSS contribuem para esbater a interioridade porque fornecem valências que, de outra forma, provavelmente não estariam disponíveis no concelho e no distrito de Viana do Castelo. Isto é evidente no apoio aos mais pequenos, na primeira infância, aos mais velhos, na terceira idade, e também no apoio às pessoas com algum tipo de deficiência, seja física, mental, visual ou auditiva. De certa maneira, podemos considerar que estas instituições sociais nos ajudam a ajudar os mais fragilizados e, por isso mesmo, somos imensamente gratos.

Quais as principais dificuldades que as IPSS fazem chegar à Autarquia no sentido de conseguirem apoio para as ultrapassar?

As IPSS querem e precisam, muitas vezes, fazer investimentos avultados para os quais precisam de apoios técnico e financeiro. Na medida do possível, tentamos apoiá-las na concretização destes objetivos. Como já exemplifiquei acima, por vezes precisam também do nosso apoio para concretizarem candidaturas e garantirem parte do financiamento. Apoiá-las em todo o processo: na candidatura, no apoio financeiro, no apoio técnico na fase concursal/contratualização de empreitada e de execução das obras e nos próprios processos de licenciamento de obra. Também a aquisição ou substituição de viaturas é uma necessidade que nos é reportada de forma recorrente. Queremos que sintam que somos parceiros e que, por isso, o caminho deve ser feito de mãos dadas.

Como vê a Autarquia a realização da Festa da Solidariedade na cidade de Viana do Castelo?

No dia 24 de setembro a nossa cidade vai acolher a Festa da Solidariedade e, só pelo nome do evento, já sabemos que este é um momento de enorme relevância e que deve ser valorizado por todos. Assim, o Jardim Marginal de Viana do Castelo vai receber, das 9h30 às 15h00, a Festa e Chama da Solidariedade que tem como objetivo proporcionar um tempo e um espaço para encontro das



IPSS, partilhar experiências e saberes, dar a conhecer os valores e a missão solidária das mesmas, mostrar as boas práticas e, acima de tudo, promover o convívio entre o Sector Solidário e as comunidades onde se integram e que servem. Acredito, pois, que esta festa será importante para unir ainda mais todos aqueles que diariamente dão o melhor de si em prol dos outros.

Que mensagem deixa aos nossos leitores para os chamar até Viana do Castelo por ocasião da Festa da Solidariedade?

Os vianenses são solidários e sabem valorizar as instituições que, dia após dia, ano após ano, os apoiam. Sei que, por isso mesmo, iremos proporcionar a todos os visitantes um dia repleto de partilha, de entretajuda, de amizade e solidariedade. Convido, assim, todos a juntarem-se a nós para a Festa da Solidariedade, num momento de homenagem, reconhecimento e agradecimento aos homens e mulheres que diariamente nos ajudam a ser um concelho mais justo e igualitário.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



A degradação das instituições públicas

Nos últimos anos vimos assistindo a uma contínua e impressionante degradação dos serviços públicos. No sistema de justiça, para além da inexplicável lentidão na conclusão dos processos, chegou-se ao ponto de os próprios juizes admitirem que há casos de corrupção na magistratura. As forças armadas mostraram-se incapazes de guardar as armas e munições que lhe estavam confiadas. Na educação, de forma surpreendente, baixou-se o nível de qualificações para exercer as funções de professor. Na saúde, o caos passou a ser a normalidade. O sistema de decisão para o investimento em grandes obras públicas, como é o caso do aeroporto, dá mostras de um grande amadorismo. O atraso na aplicação dos fundos que foram postos à disposição do País pela União Europeia é de todo incompreensível. Apesar de todos os anos sermos fustigados pelos incêndios e de ouvirmos até à exaustão que a causa maior para o facto é a ausência de uma política florestal, nada tem acontecido quanto a uma verdadeira reforma florestal. Fora das instituições públicas e em larga medida como resultado da sua insuficiência, a pobreza aumenta, as desigualdades acentuam-se, o custo de vida sobe de forma muito expressiva, os salários, especialmente para os mais jovens, mesmo altamente qualificados, são baixos e a classe média vai desaparecendo. Como consequência as pessoas abandonam o País que ocupa o oitavo lugar no mundo, quando se compara o número de emigrantes com o número de residentes. Acima de nós a emigrar só estão os países em que a população teve que fugir devido à guerra ou de desastres naturais.

Por vezes surgem análises e estudos de grande relevância com ideias e soluções para muitos dos problemas que afetam o País. Recentemente a Fundação Gulbenkian, a Fundação Manuel dos Santos e a Sedes brindaram-nos com publicações que apresentam interessantes pistas e que são merecedoras de atenção. Todavia, a minha experiência mostra que o problema de fundo da sociedade portuguesa não reside na análise dos problemas nem na identificação de soluções. Saber o que fazer, sabemos. O grande problema está no como fazer e isso depende largamente do funcionamento das instituições



públicas que como na sua maioria funcionam mal ou não funcionam de todo, as boas ideias vão ficando pelo caminho. O último exemplo aconteceu com a vacinação. Sabia-se o que era preciso fazer, mas quando chegou à altura da execução teve que se chamar um militar para levar a carta a “Garcia”, porque as instituições públicas não revelaram capacidade de coordenação.

Por vezes surgem até surgem boas ideias no seio da administração pública, mas a forma como são executadas revelam-se um desastre. Dou dois exemplos. A tentativa de descentralizar funções para os municípios. Uma ideia boa, mas que, na sua aplicação, transformouse numa enorme salganhada. Outra ideia boa foi a criação do Banco de Fomento, mas a forma como nasceu e as vicissitudes e confusão porque tem passado em nada contribuem para a credibilização da instituição. São casos que demonstram que Portugal sofre de uma grave doença no que respeita ao funcionamento das suas instituições.

Tenho para mim que o estado de desenvolvimento de um País mede-se pela qualidade das suas instituições públicas. A sua debilidade é a principal responsável para esta tendência de não sermos capazes de dar o salto para níveis de crescimento mais ambiciosos e com menos desigualdades.

No Estado surgem alguns casos de sucesso de que são exemplos algumas instituições de ensino e centro de investigação mas, infelizmente,

são a exceção. O País também beneficia da excelência de muitas empresas privadas e da atividade de muitos emigrantes bem-sucedidos no estrangeiro, mas isso não chega para compensar a ineficiência e o desperdício do que acontece no setor público.

Se olharmos para as instituições que funcionam no domínio da iniciativa da sociedade civil encontramos uma enorme diferença, não só quanto à capacidade demonstrada, mas também quanto aos resultados apresentados face aos meios disponíveis, quando se comparam com muitos dos serviços públicos. Refiro-me, no domínio da política social, às Instituições Particulares de Solidariedade Social e às Santas Casas de Misericórdia, que são excelentes exemplos de prestação de serviços à comunidade que se fosse o Estado a desempenhar essas mesmas funções seguramente que ficaria muito mais caro aos bolsos dos contribuintes e não chegaria a sua ação a largos estratos populacionais, especialmente os que vivem no interior.

Este exemplo de cidadania e de nobreza que nos dão estas instituições da sociedade civil fazem-me pensar que o País poderia ser muito diferente se o Estado confiasse mais nas instituições que funcionam fora da sua órbita, criando mecanismos de contratualização e de compromisso em torno de programas e objetivos partilhados. Mas para isso acontecer era preciso existir um clima de confiança entre todos e, a este respeito, os primeiros a desconfiar são as instituições públicas.

Dupond et Dupond

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



1 - Faz por agora 11 anos que a troika chegou a Portugal, chamada por José Sócrates, em Abril de 2011, num dos últimos actos por si praticados como Primeiro-Ministro, imediatamente antes de pedir a demissão e da consequente derrota nas eleições que se seguiram a tal demissão e que deram a vitória a Pedro Passos Coelho.

O Governo pediu então ajuda externa, dado o estado para que trouxera as finanças públicas, incapazes de honrar os compromissos do nosso País; a que se seguiu a entrada triunfal do triunvirato de credores - o FMI, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu -, que nos emprestaram o dinheiro para solver as obrigações, com a condição de os deixarmos mandar nas decisões essenciais da governação, cada um mais exigente do que o parceiro.

Essa troika governou em coligação com o Governo de Pedro Passos Coelho, que conseguiu desembaraçar-nos dela em Maio de 2015, no que foi então designado como “uma saída limpa” do programa de ajustamento.

O programa de Pedro Passos Coelho convivia bem com as exigências da troika, acompanhando, no essencial, o diagnóstico feito pelos credores, de que os portugueses estavam no aperto financeiro em que se viam metidos por gastarem o que tinham e o que não tinham, em suma, por “viverem acima das suas possibilidades”.

De modo que a culpa era deles, cidadãos, por desejarem para si os padrões de conforto e bem-estar que pensavam acompanhar a democracia e por pedirem emprestado para melhorarem o seu nível de consumo e de vida.

Tais “maus hábitos” eram, pois, censurados, quer pela troika, que pelo Governo; até mais por este, que proclamou o objectivo de “ir além da troika” – reforçando as medidas restritivas impostas pelos credores, numa vertigem austeritária de que ainda hoje lembramos a intensidade.

O Governo tinha então o apoio da maioria absoluta no Parlamento, coligados que estavam o PSD e o CDS, apoio que entendia outorgar-lhe o privilégio de decidir a seu talante as medidas que entendia tomar, sem contraditório eficaz.

Entre 2011 e 2015, comentei criticamente por diversas vezes nestas crónicas a pulsão do excesso que marcou a actividade legislativa e administrativa nessa época, que teve como único limite o Tribunal Constitucional.

Foi, com efeito, o Tribunal Constitucional que travou – ou, pelo menos, moderou – as tentativas das sucessivas leis do Orçamento de Estado, no sentido de cortar rendimentos de salários e pensões, subsídios de férias e de Natal, aos trabalhadores do Estado ou aos reformados ou aposentados, decretando em sucessivos Orçamentos de Estado a inconstitucionalidade da referida redução de rendimentos de trabalhadores ou pensionistas.

Como nos lembramos, Pedro Passos Coelho, à frente da PàF – Portugal à Frente -, ganhou as eleições de 2015, mas por margem que não lhe permitiu aprovar o seu Governo na Assembleia da República, destronado que foi pela “geringonça” que coligou improvavelmente PS, PCP e BE.

Parece hoje consensual que foi em grande medida o voto dos trabalhadores do Estado e dos reformados, espoliados de rendimentos entre 2011

e 2015 e desconsiderados no discurso do poder, a decidir pela viragem de ciclo político – para o que muito contribuiu a campanha de António Costa, cabeça-de-lista pelo PS em 2015, centrando as suas propostas no fim da austeridade, na restituição dos rendimentos e na atenção à classe média, principal pagadora da crise financeira.

Principal pagadora da despesa pública, em geral...

António Costa: quer durante a campanha, quer depois de ser ungido.

Ainda nos lembramos da sua afirmação, de retórica fortíssima, de que não concebia ter de escolher entre as expectativas do seu filho e os direitos da sua mãe, já reformada.

2 – De 2015 até hoje, com uma inflação que tem sido próxima de zero, pode dizer-se que a ambição de restituição de rendimentos e de atenção à classe média tem tido uma execução muito modesta.

É certo que foram eliminadas umas taxas e contribuições extraordinária criadas no tempo da troika – medida que também havia sido prometida por Passos Coelho.

Mas as actualizações anuais das pensões que traduzam um efectivo reforço do poder de compra têm sido dirigidas apenas às pensões mais baixas.

Está bem que estas sejam aumentadas, de tão escassas que são.

Mas sem esvaziar a lógica do regime contributivo na formação do direito à pensão, que deve em cada momento fazer corresponder o montante da pensão de velhice ao esforço contributivo de trabalhadores e entidades empregadoras.

Para todos os reformados ...

(Não obstante o tom eufórico com que o Governo faz alarde da actualização geral anual das pensões, como se todas o fossem – no que é acriticamente acompanhado pela generalidade da imprensa -, o certo é que há pensões do regime contributivo que não são objecto de qualquer alteração nos últimos 7 anos.)

Ora, uma pensão superior a 1.000 euros mensais em 2015 tem hoje uma correspondência em poder de compra inferior à que tinha nessa data.

Tal efeito deve-se à forma de cálculo das actualizações das pensões estabelecida na lei, que é de 2006 e que depende da aplicação de uma fórmula complexa, tendo em conta a variação do Índice de Preços no Consumidor de cada ano e da taxa de crescimento do PIB nos dois anos anteriores, a que normalmente se tem aplicado uma redução de 0,5%.

Em 2022, pela primeira vez desde 2015, e pela conjugação da previsão do crescimento do PIB, (em 2021 e 2022), com a variação em 2022 para o IPC, que se prevê seja de 5,9%, a aplicação da lei de actualização anual das pensões obrigará a um aumento das referidas pensões numa percentagem superior a 6%.

O próprio Primeiro-Ministro já veio, há meses, confirmar os “aumentos históricos” que os reformados vão ter em 2023, alegando que tal actualização se não deve a qualquer benevolência do Governo, mas ao mero cumprimento da lei.

Tal actualização não será, na verdade, um aumento, em termos reais, mas apenas uma reposição - já que uma inflação de 6% representa uma perda real de rendimentos em idêntica percentagem.

Representa, em termos reais, uma ablação de 6% da pensão; ou mais, se a inflação vier a ser superior a essa percentagem.

3 - Amanhã – escrevo esta crónica no domingo, 4 de Setembro -, em Conselho de Ministros, o Governo vai aprovar uma série de medidas extraordinárias de apoio às pessoas e às famílias, para ajudar a combater a inflação galopante que tem marcado os últimos meses.

A imprensa tem adiantado a informação de que a matéria relativa às pensões será decidida no Conselho de Ministros de amanhã.

Ver-se-á então se o Governo cumpre a lei em vigor, como prometeu; ou se se regressa aos maus hábitos do tempo da troika, com ablação efectiva de parte da pensão em poder de compra e utilização da força compressor da maioria absoluta para fazer vingar medidas contrárias à lei.

Não será esse o único tópico a decidir em Conselho de Ministros.

Mas o tom unificador das medidas será, naturalmente, o apoio às pessoas e às famílias, no contexto de dificuldades muito particular em que vivemos.

O contexto não é privativo do nosso País; e as dificuldades e surpresas que a guerra nos trouxe alargam-se a todo o mundo ocidental, a que pertencemos.

(E ao mundo em geral, até na satisfação de necessidades básicas, como António Guterres tem prevenido – e para cuja solução tem assumido um protagonismo exemplar.)

Alguns dos nossos parceiros na Europa (que digo eu, até na vizinha Espanha!) vêm ensaiando medidas concretas, de apoio efectivo e imediato à vida e ao dia-a-dia dos cidadãos.

É o caso da redução mediata do IVA na factura energética, mesmo que temporária; ou da taxação dos chamados “lucros excessivos”, das empresas que aproveitam e promovem a economia da guerra para maximizarem os seus resultados e dividendos.

O aumento dos lucros em virtude da guerra tem – não há que ser macio com as palavras – um carácter obscuro.

Penso que o Conselho de Ministros deveria seguir o exemplo dos parceiros europeus – e somar a colecta fiscal daí resultante aos 4 mil milhões de euros de receita fiscal que excedem a previsão orçamental – e que são também, num certo sentido, uma espécie de “windfall profits”.

E distribuí-los em apoios extraordinários ...

DE 15 DE SETEMBRO A 14 DE OUTUBRO DE 2022

Aviso de abertura de candidaturas para lugares em Comunidades de Inserção e Habitação Colaborativa

No próximo dia 15 de setembro, e até ao dia 14 de outubro do corrente ano, abre o concurso para candidaturas que incidam na criação de lugares na resposta de Comunidades de Inserção (CI), na modalidade com alojamento, em unidades funcionais autónomas para pessoas em situação de sem-abrigo, e ainda Habitação Colaborativa, constituída por um conjunto de unidades habitacionais independentes e por zonas comuns ou comunitárias partilhadas, constituídas por um

ou mais espaços polivalentes para atividades colaborativas, nos termos definidos no Anexo I - Habitação Colaborativa.

O financiamento no âmbito da Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais destina-se a obras de construção de raiz, obras de remodelação, ampliação e adaptação das infraestruturas, obras que promovam a reconversão de equipamentos para desenvolvimento de novas respostas sociais com vista

a responder às necessidades territoriais diagnosticadas e ainda à aquisição de imóvel ou fração e a respetiva adaptação para instalação de equipamentos sociais.

As instituições interessadas em concorrer devem garantir que se encontram registadas no balcão2020, requisito obrigatório para permitir a formalização das candidaturas a efetuar através da submissão de formulário eletrónico no espaço destinado ao PRR no site do Governo Português.

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SÃO JOSÉ DA LAMAROSA, CORUCHE

Novo lar para 25 utentes arranca a «meio gás» por falta de candidatos a trabalhadores

A Associação de Solidariedade Social de São José da Lamarosa inaugurou no passado dia 9 de agosto um novo lar, mas, segundo as palavras da presidente da instituição, a intenção é, desde já, encontrar financiamento para a ampliação do equipamento.

Rita Paulo defendeu que “se houver financiamento comunitário” a ideia de ampliar a Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) pode ganhar forma no terreno contíguo propriedade da instituição.

A ERPI agora inaugurada resulta de um investimento de cerca de 1,4 milhões euros, com apoios de fundos comunitários a 80%, e tem capacidade para 25 utentes.

A este apoio comunitário junta-se o da Câmara Municipal de Coruche no valor de 130 mil euros.

“Temos noção que a Lamarosa está muito beneficiada com este novo equipamento”, disse Rita Paulo, no que foi acompanhado pelo presidente da Câmara de Coruche, Francisco Oliveira: “Estes equipamentos sociais fazem muita falta. Tanto assim é que o facto de não existirem no concelho lares suficientes, e até no país, leva a que haja algumas estruturas destas clandestinas ou que não estão licenciadas para o efeito”.

Atrair trabalhadores para as IPSS tem-se revelado um problema que toca todas as regiões do país.

Isso mesmo referiu a presidente da Associação da Lamarosa, afirmando que recrutar trabalhadores para a nova ERPI “tem sido uma missão quase impossível”.

Segundo Rita Paulo, o novo lar ainda não está já lotado devido à falta de pessoal em áreas como ajudante de lar, lavandaria, limpeza e cozinha.

“Já recorremos ao Centro de Emprego e a empresas que contratam pessoas estrangeiras, mas não temos tido sucesso. Funcionamos com a muito boa vontade dos cerca de 50



trabalhadores e deslocamos funcionários para diferentes secções, dependendo da maior carência”, sustentou Rita Paulo, que acrescentou: “Os trabalhadores têm sido excecionais e a nossa equipa é o segredo do sucesso”.

Este problema tem tocado muitas instituições e tudo se agrava quando há funcionários de baixa ou de férias, até porque está no tempo delas.

Por seu turno, Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que marcou presença na cerimónia de inauguração da ERPI, elogiou a postura das IPSS na luta contra “o drama” da pandemia e sublinhou a importância de as direções as IPSS darem especial atenção à situação dos trabalhadores.

“Temos que ter capacidade de reconhecer que temos de pagar mais aos nossos trabalhadores e fazer com que o trabalho seja digno, o que significa que as pessoas não podem ter trabalhos precários eternamente”, disse,

acrescentando: “O trabalho precário impossibilita os mais novos de se fixarem nos territórios e de terem filhos”.

Já Francisco Oliveira aproveitou a ocasião para afirmar a postura da autarquia na ajuda às instituições, lembrando o momento difícil que enfrentam.

“O aumento dos custos dos combustíveis e da energia é uma situação que vem onerar muito as IPSS, que têm que investir nos utentes e funcionários. Importa, por isso, rever protocolos que permitam dar mais alguns apoios e capacidade financeira para que possam concorrer a fundos comunitários”, afirmou.

A Associação de Solidariedade Social de São José da Lamarosa foi fundada em 1998 apenas com as respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Atualmente, a instituição, agora, com duas ERPI tem uma capacidade residencial para 70 utentes, ajuda 28 idosos no âmbito do SAD e acolhe 25 utentes no Centro de Dia.

CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

Curso de Gestão de Projetos em Organizações da Economia Social com inscrições abertas

A CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social vai promover o curso Gestão de Projetos em Organizações da Economia Social, que compreende o desenvolvimento de oito módulos formativos num total de 147 horas de formação.

Nesse sentido, face à ainda existência de vagas, a CASES abriu novo período de inscrição, que termina no próximo dia 23 de setembro.

A inscrição e participação no curso não tem custos associados e deve ser realizada através do envio do formulário de inscrição e do currículo individual para o endereço de correio eletrónico cases@cases.pt. As vagas serão preenchidas pela ordem de receção das inscrições.

O curso Gestão de Projetos em Organizações da Economia Social é uma formação à distância, com recurso a ferramentas digitais para o desenvolvimento do curso de formação, com sessões de formação por videoconferência (Microsoft Teams), e decorrerá entre os dias 11 de outubro e 30 de novembro do corrente ano, num total de 50 horas, entre as 10h00 e as 13h00 por sessão de formação.

O curso é dirigido a dirigentes e técnicos de entidades da Economia Social, IPSS e equiparadas incluídas, como consagrado no artigo 4º da Lei de Bases da Economia Social.

Os principais objetivos do curso de Gestão de Projetos em Organizações da Economia Social são: melhorar os procedimentos de gestão e



administração das organizações da Economia Social; desenvolver e promover competências de gestão dos seus técnicos e dirigentes para a otimização dos recursos humanos, técnicos e financeiros; desenvolver e promover competências específicas de gestão de projetos em organizações da Economia Social; dotar as organizações de conhecimentos específicos e de ferramentas de trabalho que lhes permitam aumentar a qualidade dos serviços prestados.

Para a inscrição conta como critério de

valorização os dirigentes e técnicos de entidades associadas da CNIS, Animar, Confagri, Confecoop, União das Misericórdias Portuguesas e União das Mutualidades Portuguesas.

O curso é composto por quatro módulos (Fundamentos da Gestão de Projetos; Planeamento do Projeto; Execução do Projeto; e Conclusão do Projeto) e a avaliação realizada de acordo com os seguintes critérios: assiduidade, pontualidade, participação; exercício escrito ou teórico-prático individual e/ou em grupo.

ASSOCIAÇÃO DO MONTE PEDRAL, PORTO

«Dar uma voltinha no carrossel» levou dezenas de idosos de volta à idade dos netos

Aproveitando os equipamentos de diversão presentes no Jardim de Arca d'Água, na cidade do Porto, no âmbito das Festas da Nossa Senhora da Saúde, a Associação do Monte Pedral lançou um desafio aos seus utentes do Centro de Dia.

A questão era simples: Há quanto tempo não anda carrossel? As memórias e as saudades abriram o apetite a muitos dos cerca de 50 utentes do Centro de Dia da Associação do Monte Pedral, que lançou o desafio a outras instituições da cidade, casos do Centro de Dia da Cruz Vermelha Portuguesa do Bom Pastor e do Centro Social da Sé Catedral.



O propósito era “dar uma voltinha no carrossel”, o que foi concretizado no dia 9 de agosto, com o carrossel «Super Selva 2020» a funcionar, em exclusivo, para os grupos de seniores e também rodar devagarinho para que a diversão fosse grande!

Mais esta atividade ao ar livre surge com “o objetivo de não só realizar desejos, mas também contribuir para a socialização e o combate ao isolamento e exclusão social da população idosa e para provar que não são os (muitos) anos que nos impedem de ser (eternamente) jovens”, defende a Associação do Monte Pedral.

UNITATE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOCIAL

Ano letivo do IFES abre dia 13 de setembro

É já no próximo dia 13 de setembro que se realiza a Sessão de Abertura do Ano Letivo 2022/2023 do IFES - Instituto de Formação para a Economia Social, das 10h00 às 17h30, na Pousada de Viseu, cidade de Viriato.

«Economia Social – Novos Desafios» é o tema da sessão de abertura, que arranca com uma mesa redonda intitulada «Voz da experiência»

e que contará com a participação de Isabel Jonet, presidente da Entrajuda, do advogado José Manuel Simões de Almeida, da jurista Paula Guimarães e do professor universitário Paulo Pedroso, que também é membro da Direção do CoLabor.

Já a parte da tarde começará com a conferência «Solidariedade com estratégia», por

Carlos Azevedo, diretor-executivo do IES – Social Business School.

Após um intervalo, nova mesa redonda, «Inovar para melhorar e crescer», que contará com Carlota Quintão, consultora na A3S, Fernanda Freitas, fundadora da Associação Nuvem Vitória, e Jaime Ramos, presidente da Fundação ADFP, e encerrará a sessão.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

AS CRIANÇAS NA IGREJA CATÓLICA

Conferência Episcopal Portuguesa dá incentivo à Comissão Independente para o Estudos dos Abusos

O presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) assegurou que a ação da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos no seio da Igreja não é uma “caça às bruxas”, nem uma “campanha contra ninguém”.

Ao intervir na sessão de abertura do 10.º Simpósio do Clero, que decorreu em Fátima, José Ornelas defendeu que “a verdade é libertadora para todos. O segredo não deve servir para guardar e sigilar coisas nefandas”.

Assumindo que o reconhecimento da existência de casos abuso sexual de menores e de pessoas vulneráveis por membros do clero “é doloroso” e enche a Igreja “de vergonha e pesar”, o também bispo de Leiria-Fátima, disse que “tentar esconder esta realidade, para além de contrariar os princípios elementares da justiça para com as vítimas e impedir o seu necessário tratamento, não ajuda

ao esforço de erradicação destes males”.

José Ornelas sublinhou ainda que a Comissão Independente para o Estudo dos Abusos contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa, coordenada pelo pedopsiquiatra Pedro Strecht, foi criada no sentido da obtenção de “clareza e purificação”.

“Não se trata de nenhuma “caça às bruxas” nem de uma campanha contra ninguém, mas de um caminho necessário de identificação de males que existiram e continuam presentes, para que possamos assumi-los na sua realidade dolorosa, como processo de conversão e de libertação para todos”, disse o presidente da CEP, para quem, “dar atenção às vítimas e escutá-las é o primeiro passo de um processo de libertação, de justiça e de dignidade”. Segundo José Ornelas, cada um dos abusos, “pelo mal que causa às pessoas e à comunidade (...) é também um sofrimento e uma derrota

para toda a Igreja”.

“Por isso, não pode haver tolerância nem encobrimento de casos destes. Impõe-se um caminho claro no interior da Igreja e uma colaboração com as autoridades competentes para averiguar quaisquer ocorrências, segundo os processos legais do país, com as medidas legais e penais previstas na Igreja e no ordenamento jurídico civil”, afirmou, perante uma assembleia composta por muitos bispos e centenas de padres, diáconos e seminaristas.

O presidente da CEP, já em declarações aos jornalistas, refutou a ideia de uma “Igreja pedófila” e, confrontado com alguns críticas à alegada inexistência de apoio do episcopado ao cardeal patriarca Manuel Clemente, a propósito do possível encobrimento de casos na zona de Lisboa, José Ornelas assegurou que esse apoio e solidariedade foram dados, quer “coletivamente, quer de forma individual”.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

- | | |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| US UNIDADES DE SAÚDE | PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS) |
| CP CONTROLO DE PRESENCAS | PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC |
| ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO | PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI |
| UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT) | ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS |
| GI GESTÃO DE IMÓVEIS | CNT CONTABILIDADE ESNL |
| IMO IMOBILIZADO ESNL | LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE |
| ORD ORDENADOS | ORC MÓDULO ORÇAMENTOS |



- + de 40 aplicações
- + de 900 clientes
- Garantia de satisfação
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota
- Formação online

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE +351 253 408 326
TELEMÓVEL +351 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM www.tsr.pt

GRATUIDADE DAS CRECHES

A meta é chegar às 100 mil crianças em três anos

O programa de acesso gratuito às creches, que o Governo batizou de Creche Feliz, quer chegar a cem mil crianças em três anos, revelou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Na sua fase de arranque, o Creche Feliz já abrange 46 mil vagas, que se esperam totalmente preenchidas até dezembro de 2022 - seja por crianças que, por terem nascido após 01 de setembro de 2021, ficaram com direito automático à gratuitidade, seja por aquelas que, embora mais velhas, beneficiam do acesso livre porque os respetivos agregados se encontram no primeiro ou segundo escalão de rendimento.

No decurso do mês de setembro, será ainda aberto um procedimento para criação de mais 5.000 lugares gratuitos para o ano letivo de 2023/2024, independentemente da situação financeira das famílias em causa. A medida será financiada em 20 milhões de euros pelo Plano de Recuperação e Resiliência, e, na distribuição desses fundos será dada prioridade a projetos que, por um lado, visem reconverter espaços já existentes e, por outro, aumentem a capacidade de resposta em áreas geográficas de elevada procura e concentração demográfica.

Por enquanto, os lugares gratuitos disponíveis referem-se apenas a estabelecimentos da rede pública e social, mas em janeiro de 2023 o programa Creche Feliz alargará-se igualmente a instituições privadas, de forma a também ajudar as famílias que tenham recorrido a esses espaços por não encontrarem resposta no setor estatal e solidário.

Ana Mendes Godinho diz que o programa vai ser sujeito a uma “monitorização mensal” porque “esta medida pode ser indutora de mais crianças procurarem creche” e a resposta do Estado terá, por isso, que ser gradualmente ajustada “à necessidade das famílias”.

Realçando que em causa está um projeto de “grande complexidade”, a ministra assume que “não se consegue, de repente, ter um crescimento exponencial” da gratuitidade, mas garante que o acesso universal à creche é para concretizar e acredita que esse funcionará como um estímulo à natalidade - que é “uma prioridade do país e um instrumento determinante para apoiar os jovens”. Nessa perspetiva, a governante defende que é um momento especial e importante para o país.

Para facilitar o acesso geral à rede gratuita, o site da Segurança Social passou a disponibilizar uma área especificamente dedicada ao programa Creche Feliz, com informação diversa sobre o tema, inclusive a



lista de critérios que conferem prioridade no acesso às vagas - o que acontecerá se a criança for portadora de deficiência ou estiver sinalizada pelas autoridades como em situação de risco.

Quanto ao custo do novo programa, até aqui o Estado financiava 290 euros da despesa associada a cada criança do primeiro e segundo escalão de rendimento que frequentasse uma creche da rede pública, mas agora esse valor passa a ser, para todas as vagas em regime de gratuitidade, na ordem dos 460 euros. Esse montante abarca alimentação, higiene e atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade, assim como inscrição e seguro relativos ao prolongamento de horário.

No dia 1 de setembro, quando o programa arrancou, a ministra Ana Mendes Godinho visitou a Creche Albino Dias Garcia, em São João da Madeira que, nesse concelho do distrito de Aveiro, antes tinha apenas 19 vagas de custo zero e agora, desde 1 de setembro, passou a contar com 44, num universo global de 84 lugares para crianças dos 4 aos 36 meses. “O nosso objetivo é, daqui a três anos, quando o programa estiver em plena implementação, chegar a cerca de cem mil crianças”, afirma a governante.

ALARGAR AO SETOR PRIVADO

O programa de gratuitidade das creches começa agora abrangendo as crianças nascidas depois de 1 de setembro do ano passado que estejam em estabelecimentos do setor social e cooperativo.

Em janeiro de 2023, a medida será alargada aos bebés da mesma idade que não

conseguiram vagas no setor social e cooperativo e por isso estão a frequentar creches privadas, disse a ministra da Solidariedade e Segurança Social.

Ana Mendes Godinho explicou que o Ministério está “a definir os requisitos para que seja simples para as famílias a operacionalização desta medida nas situações em que não haja capacidade de resposta do setor social”. A ideia é que as regras permitam verificar “de uma forma simples sem necessidade de as famílias andarem a percorrer várias entidades do setor social para comprovar que não há capacidade de resposta”, acrescentou.

O Ministério continua a trabalhar com a associação representativa do setor privado para “preparar o alargamento da medida às creches do setor privado quando não existe a capacidade de resposta por parte do setor social”, disse Ana Mendes Godinho, acrescentando que será preciso estabelecer “um acordo e suportar o custo integral”.

O plano prevê o alargamento faseado do programa até 2024, quando todas as crianças dos três anos de creche estarão abrangidas pela gratuitidade, independentemente dos rendimentos das famílias.

Os últimos dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o universo global de utentes da rede pública de creches reportam a 2018 e indicam que, nessa altura, havia em Portugal 118.000 crianças até aos 3 anos de idade inscritas nesses estabelecimentos de ensino, independentemente do escalão de rendimento familiar dos respetivos agregados.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A crise energética na Europa e como lidar com ela

Ninguém duvida que a energia é o principal responsável pelo atual surto inflacionista. A energia é fundamental para todo o funcionamento do tecido económico-social.

Em boa verdade a produtividade das sociedades humanas só começou a subir significativamente a partir do momento em que aprendemos a utilizar a energia do carvão para produzir vapor e movimentar máquinas.

Ainda antes da primeira guerra mundial os almirantes da marinha inglesa deram-se conta que era mais prático e mais eficiente movimentar navios com base em derivados de um óleo natural, muito vulgar no médio oriente, do que com o clássico carvão. Assim começou a era do petróleo.

A era do petróleo trouxe muitas coisas boas. Por exemplo a incorporação de energia fóssil na agricultura permitiu ao sector que por volta de 1950 produzia comida suficiente para 1 bilião de pessoas, produzir atualmente para 7 biliões. Em boa medida os grandes ciclos económicos são regulados pelo que se passa com a energia.

Os “trinta anos magníficos” que se seguiram à segunda guerra mundial foram, em boa parte, suportados por um longo período de preços baixos do petróleo e acabaram, justamente, quando os preços começaram a subir depois da guerra do Yom Kippur.

Um segundo choque petrolífero – causado pela revolução iraniana – colocou a economia mundial em estado de choque.

Claro que o ocidente aprendeu alguma coisa com esse período turbulento, a intensidade em energia das economias (energia gasta por unidade de produto) foi abatendo e as energias renováveis foram fazendo o seu caminho. Contudo, mesmo com muitos passos dados no sentido certo, a verdade é que a economia global ainda assenta em energias fósseis. Mesmo na Alemanha, talvez o país mais bem-sucedido na incorporação de renováveis, o balanço da energia primária, apenas reduziu a percentagem do fóssil de 84% para 78%.

O grande drama do mundo moderno é que os recursos energéticos estão localizados em países política e socialmente instáveis ou hostis ao ocidente. O ocidente está, de facto, refém de países onde vigoram regimes autoritários ou

mesmo ditaduras ou de países imprevisíveis dada a volatilidade política. Nunca como agora isso ficou à vista. A guerra na Ucrânia e as sanções à Rússia fizeram disparar os preços das matérias-primas energéticas, em particular o gás natural. Pior ainda, a Rússia pode a qualquer momento fechar a torneira do gás e provocar uma crise económica e humanitária na velha Europa já no próximo inverno. Não vai ser fácil viver com isto.

Os governos incumbentes vão ter muita dificuldade em lidar com a revolta dos cidadãos para quem a conta da energia pode aumentar para próximo do dobro. Vacilar no apoio à Ucrânia e fazer a vontade à Rússia também não é opção. Para lá das razões morais para não o fazer, dá-se o caso de ser inútil. Como sempre, ceder à chantagem apenas gera mais e mais profunda extorsão. Nesta matéria o ocidente atravessou o seu Rubicão e agora não há retorno possível.

Para complicar ainda mais as coisas dá-se o caso de os preços da energia serem preços algo estranhos. Uma turbina eólica, com tempo favorável, produz com custo marginal praticamente zero. Algo similar acontece com uma central a gás. O custo de construção é enorme, mas depois os custos de funcionamento são relativamente baixos.

As coisas mudam rapidamente de figura quando a procura se aproxima da capacidade produtiva – aí os preços podem disparar de uma forma violenta. No jargão economês diz-se que a curva da oferta no início é quase plana, mas quase a pique quando a capacidade produtiva se aproxima do limite. Do lado da procura a coisa também não é simples. Por vezes, mesmo quando os preços sobem muito, não é fácil fazer o que seria normal, isto é, gastar menos.

Podemos fazer alguma poupança nos nossos hábitos diários (andar menos de automóvel, gastar menos energia doméstica, etc.). Contudo, uma fábrica cerâmica ou de vidro cujos fornos funcionam a gás só pode reduzir o consumo de gás se deixar de produzir ou produzir menos. Parece evidente que o problema é complexo e vai exigir da Europa o seu melhor, talvez mesmo melhor do que alguma vez vimos.

Creio que só um milagre evitará que a Europa entre em recessão no futuro próximo.

Mesmo no melhor dos cenários, nos países mais dependentes do gás russo, será necessário cortar 15% do consumo em países como a Alemanha, Itália ou Áustria. Nos países do Leste, como Chéquia, Eslováquia ou Hungria a escassez pode chegar aos 40%. As perdas de produto derivadas da crise energética podem ir de quase 7% na Hungria até valores relativamente pequenos (1% ou menos) em países mais ocidentais como Portugal e Espanha. Se a Europa dispusesse de um sistema integrado de receção e distribuição gás as perdas seriam menos de metade.

Do que vamos precisar nos próximos trimestres e possivelmente nos próximos anos é de solidariedade e resiliência. A resiliência é indispensável para fazer face à chantagem russa. A Rússia tem de ser derrotada no seu próprio jogo e dar-se conta que não nos pode vergar, mesmo que para isso tenhamos de enfrentar uma recessão que, como vimos, dependendo das geografias, pode ser profunda e durar um par de trimestres.

A solidariedade também vai ser fundamental. A chantagem russa seria muito menos eficaz se a Europa se tivesse dotado de uma rede integrada de distribuição de gás. Foram interesses mesquinhos como os da Alemanha e da França que o impediram. A Alemanha porque tinha o seu “problema” resolvido com abastecimento barato e supostamente seguro a partir da Rússia, a França porque pretendia proteger o seu sistema elétrico baseado no nuclear.

Obviamente não sei antecipar como vai a Europa reagir a esta crise, porventura a mais perigosa desde que o projeto europeu foi lançado. Verifico alguns sinais positivos. Um pouco por todo o lado vemos as coisas a mexer. A Alemanha, por exemplo, leva um mês de avanço nos seus próprios objetivos de armazenagem de gás. A armazenagem global está acima dos níveis comparáveis de 2021. Indústrias vão substituindo o gás e, quando não é possível, compram produtos intermédios em locais onde não há escassez de gás, reduzindo assim o uso da matéria-prima sem comprometer a produção.

Talvez, talvez naveguemos esta crise com sucesso.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



O inferno em Portugal

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ORFÃOS DE PAIS VIVOS

Movimento denuncia retirada abusiva de crianças aos pais

Cerca de vinte pessoas, do movimento “Órfãos de Pais Vivos”, estiveram no Conselho Superior da Magistratura a pedir que os juizes dos tribunais de Família e Menores sejam fiscalizados, denunciando vários casos de retirada abusiva de crianças aos pais.

O movimento constituiu-se recentemente e manifestou-se “para denunciar casos de retirada abusiva de crianças aos progenitores e trazer o tema ao conhecimento público”, tendo o grupo começado por se concentrar junto à Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa, e depois seguido em direção ao Conselho Superior da Magistratura (CSM).

Estiveram frente ao CSM durante perto de uma hora, durante a qual três dos elementos do grupo foram recebidos por um vogal deste órgão superior de gestão e disciplina dos juizes dos tribunais portugueses.

Uma das pessoas que esteve no CSM adiantou que foram mais uma vez denunciar os casos de retirada abusiva de crianças às mães e pais e pedir que os juizes dos tribunais de Família e Menores sejam fiscalizados e sancionados.

“Fomos alertar para aquilo que os juizes dos tribunais de Família e Menores andam a fazer, que existe uma força negativa sobre as mulheres e as mães”, disse Anabela Caratão, que não tem a guarda dos filhos gémeos desde há 10 anos, na sequência de um caso de violência doméstica, e que ainda não conseguiu reverter a decisão, apesar de uma sentença favorável por parte do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Anabela Caratão disse ter provas de que técnicos do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Familiar, uma resposta social do Instituto de Segurança Social, que acompanhavam o seu caso lhe pediram 110 euros por cada visita aos filhos, impondo isso como condição para ver as crianças.

De acordo com esta mãe, o CSM já estava a par de alguns dos casos, mas desconhecia toda a dimensão.

Anabela Caratão apontou que os casos dos pais e mães que fazem parte do movimento têm em comum decisões tomadas por juizes que têm por base relatórios “cheios de mentiras” ou com “falsas declarações”, feitos por assistentes sociais ou técnicos de apoio aos tribunais.

Em comum, estas pessoas - maioritariamente mulheres - têm o facto de estarem privadas de viver com os filhos, umas na sequência de casos de violência doméstica, outras por litígio com o pai da criança, mas também quem tenha visto ser-lhe retirada a filha logo na maternidade.



É o caso de Elsa Guedes, que não vê a filha há três anos, entretanto aos cuidados dos avós paternos, porque foi dada como não tendo competências para ser mãe. Uma situação que aconteceu e se mantém, segundo Elsa, porque ela própria cresceu em instituições e há esse preconceito das assistentes sociais contra ela.

Susana Simões, outra das mães deste movimento, diz que o sistema de justiça em Portugal é corrupto e que há uma teia de interesses que age não pelo superior interesse das crianças, mas por dinheiro e acusa não só os juizes, como as assistentes sociais, os técnicos de apoio aos tribunais, mas também várias associações de apoio a vítimas e que gerem casas de abrigo.

Anabela Caratão acrescenta que se trata de um sistema que retira os filhos às mães e muitas vezes os entrega aos “abusadores e aos violadores” e no cartaz que Elsa Guedes empunhou na manifestação lia-se “A minha filha é vítima de violência. Está em cárcere, nas mãos do seu torturador. Determinação de dois magistrados”.

O movimento “Órfãos de Pais Vivos” assume-se como um movimento cívico que, além de pretender expor os casos de retiradas abusivas de crianças aos pais, quer pedir a todos os cidadãos que se juntem e manifestem pacificamente por mudanças no sistema, em defesa do superior interesse das crianças.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL